AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 27 | Nº 08 | AGOSTO 2007 | R$ 13,00

FGV
GV Agro
Centro de Agronegócio

ISSN 0100-4298

Argentina

VALORIZAÇÃO DO CAMPO *versus* APAGÃO

LEITE

Por que o preço disparou?

PECUÁRIA

Preços firmes

SAFRA

Recorde nas vendas de adubos

agência3

MESTRADO PROFISSIONAL FGV

FAÇA COMO A FGV: SEJA UMA REFERÊNCIA.

- Economia
- Direito
- Políticas Públicas
- Finanças

• MESTRADO PROFISSIONAL EM FINANÇAS E ECONOMIA EMPRESARIAL

Voltado para profissionais graduados em Economia, Administração e Engenharia, com experiência de mercado, e que necessitam de conhecimentos teóricos e aplicados no seu contexto profissional.

• MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Destina-se aos profissionais que formulam políticas públicas, aos vinculados a agências multilaterais, àqueles do setor privado que têm interface com o setor público, e a representantes de ONGs que objetivam influenciar o setor público.

• MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA E DIREITO

Para os profissionais graduados nas áreas do Direito e Economia, com experiência de mercado, e que necessitam de amplos e sólidos conhecimentos teóricos e aplicados no contexto do seu campo profissional de atuação.

www.gv.br/economia

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo

O agronegócio é o seguinte

Agroinflação global

O SEGUNDO semestre de 2006 parecia um divisor de águas de um período marcado por copiosos subsídios para produzir e carregar grandes cargas de excedentes da produção agropecuária. Eram montanhas de grãos e rios de leite. Naquele momento, com grande vigor, os Estados Unidos reforçaram seus programas de energia renovável e a China prosseguia sua notável inserção no mercado global. O mapa da agricultura mundial passaria a desenhar um novo contorno para atender à demanda mundial. Os preços das *commodities* agrícolas ganharam força nas bolsas internacionais e provocaram pressões inflacionárias nos quatro cantos do Planeta.

As expectativas eram de que esse movimento não seria duradouro, mas uma volta ao passado seria muito pouco provável. O fato econômico real era que, apesar do aumento da produção mundial, os estoques mundiais dos principais produtos agropecuários continuavam estáveis e até caíram nos últimos anos, enquanto a demanda prosseguia firme. Nos Estados Unidos, as áreas de milho crescem para suprir a indústria do etanol e encurtam o espaço da soja e do algodão. Por sua vez, a demanda por cereais, oleaginosas e fibras não arrefece. A proteína animal, como a carne e o leite, sofre o impacto no custo do arraçoamento. Para compensar esse encolhimento na oferta e o maior preço dos alimentos, o cultivo precisa ser desenvolvido em outros continentes, como a América do Sul. Nada disso parece agora tão claro, com as tensões no mercado financeiro mundial e sem conhecer o efeito de sua durabilidade e as repercussões sobre o agronegócio mundial.

Embalado num contexto aquecido, mas sem saber se prevalecerá, o Brasil planta a sua grande safra de verão 2007/08. Se o ambiente do ponto de vista de mercado é favorável, as seqüelas negativas dos empréstimos tomados para investimentos e as quebras de renda nas temporadas 2004/05 e 2005/06, limitam a capacidade de reação do setor. Com endividamento alto, os agentes financeiros apertam o cinto na liberação dos empréstimos. Nos último dois anos, as aplicações ficaram aquém das metas estabelecidas nos Planos de Safras lançados pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Além dessas dificuldades, existe o risco cambial. A valorização do real reduz a competitividade do agronegócio e altera de forma negativa a relação de troca do setor. Mesmo assim, em geral, deverá ocorrer ampliação, ou melhor, recuperaração da redução de área ocorrida nos últimos dois anos. Com perspectivas de boa rentabilidade, a soja continua como o grande carro-chefe na alavancagem da produção. O arroz também promete um desempenho melhor, enquanto a situação do algodão não é bem clara. O milho, com o grande excedente de produção, reduzirá área, que será compensada na conhecida safrinha.

Na pecuária, as notícias também são de alta nos preços. Para ambas as atividades, existe uma explicação comum do ponto de vista estrutural. A fraca remuneração dos últimos anos levou os criadores a abaterem dramaticamente suas matrizes, acima da taxa de estabilização do rebanho. Com as exportações elevadas e uma firme demanda interna, faltam animais para abate e leite para atender ao abastecimento interno.

Paralelamente ao Brasil, a Argentina também semeia a sua safra de verão. As perspectivas iniciais eram alvissareiras no sentido da produção romper a barreira de 100 milhões de toneladas. Porém, o apagão energético no País reduziu a oferta de insumos e equipamentos agrícolas, bem como restringiu a capacidade de processamento da agroindústria. Existe um grande descontentamento da liderança rural com relação à política governamental que, ao priorizar o abastecimento interno, limita quantitativamente a exportação, como nas carnes e, em casos extremos, como no trigo, chega a suspendê-la.

Na parte dos organismos geneticamente modificados, os conflitos prosseguem no Conselho Técnico Nacional de Biossegurança (CTNBio), quando se trata da liberação de produto comercial. Depois de anos sem definição e disseminação ampla no campo, os cultivos da soja transgênica Roundup Ready e do algodão Bollgard , respectivamente, de 1998 e 2003, somente ocorrem no País por autorização especial do presidente Lula. Agora é o milho Liberty Link que entra na batalha judicial para a sua liberação comercial. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apresentaram recursos ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) para anulação da sua decisão. A liberação de outro milho OGM, Omon 810, resistente a insetos, coloca mais lenha na fogueira.

Agroanalysis ainda apresenta matérias sobre as mudanças em curso na citricultura paulista, o desempenho do setor de fertilizantes e as dificuldades na cadeia produtiva da triticultura, dentre outras. Destaque importante para os biocombustíveis, quanto à colocação de barreiras técnicas e ao seu balanço na União Européia em termos de oferta e demanda. No Brasil, enquanto o etanol vai de vento em popa, o biodiesel revela ser uma idéia forte, mas de fraca execução. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Prof. Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação
Redator: Bruno Blecher
Arte: André C. Michelin e Renata Owa
Revisão: Cacalo Kfouri
Fotos: Divulgação CNH (capa) e Getty Images (págs. 9,10,16,23,28,38,45)
Secretaria e apoio administrativo: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

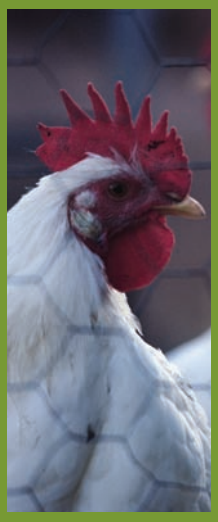
Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor:
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna e Nestor Jost

Conselho Curador:
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Sérgio Santiago (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Hélio Ribeiro Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A - Banco de Investimento), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Andrew Maclachlan Gray (Souza Cruz S/A), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Gilberto Duarte Prado, Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia S.A)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O *SITE*
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Senadora Kátia Abreu

9 Macroeconomia
10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Argentina
14 Laranja
18 Safra 2007/2008
21 Crédito rural
23 Trigo
25 Leite
27 Pecuária
29 Índia
31 Café
32 Madeira
36 União Européia

Agroenergia

38 Biodiesel

Biotecnologia

42 Transgênicos

Gestão

44 Qualiagro
46 Projeto Ripa
47 Qualiagro

Sustentabilidade

48 Tira-dúvida

49 Diário de bordo
49 Produzir
50 Opinião

Laranja

Gestão e tecnologia

Índia

Oportunidades de negócios

Argentina

Depois do apagão

Crédito Rural

Mais rigor no contrato

Senadora Kátia Abreu

Brasil tem potencial para três Mississippis

da Redação

ANTES MESMO de sua posse no Senado, logo após sua eleição, Kátia Abreu escolheu como prioridade de seu mandato a melhoria das condições de infra-estrutura e de logística no Brasil Central. "Nós temos hoje uma nova agricultura no país, que inclui regiões altamente produtivas como o sul do Maranhão, Tocantins, oeste da Bahia e parte de Rondônia. Mas essa nova geografia agrícola do País não foi acompanhada pela logística", diz a senadora.

Para Kátia Abreu, o País deve investir principalmente em hidrovias, que consomem dez vezes menos que uma rodovia. "O que vem impedindo a implantação de mais hidrovias no País é a construção de hidrelétricas. Não sou contra hidrelétricas, desde que também se façam simultaneamente as eclusas. Caso contrário, você mata a navegabilidade dos rios".

Nascida em Goiânia, Kátia é formada em psicologia pela Universidade Católica de Goiás. Mãe de três filhos, virou fazendeira aos 25 anos de idade, após a morte do marido. Foi presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins de 1995 a 2005. Desde 2006, ocupa uma vice-presidência da CNA (Confederação Nacional da Agricultura). Depois de ter sido eleita por duas vezes para a Câmara dos Deputados, em outubro de 2006 ela se tornou a primeira senadora do Tocantins pelo Democratas (DEM).

Como uma das lideranças da bancada ruralista no Congresso Nacional, Kátia Abreu defende investimentos públicos em infra-estrutura para viabilizar a produção rural das novas fronteiras. Em entrevista à ***Agroanalysis***, a senadora destacou os problemas logísticos do Centro-Oeste e apontou caminhos para a sua superação.

> "Para transportar uma tonelada de alimento por 1.000 km numa rodovia, você gasta US$ 42. Se usar uma hidrovia o gasto é de apenas US$ 18"

Agroanalysis Um dos principais entraves da agricultura brasileira, principalmente no Centro-Oeste, é a falta de infra-estrutura para o escoamento da safra. Como a senhora avalia o problema?

Kátia Abreu Logo depois da minha vitória nas eleições, eu já havia decidido dedicar o meu mandato à questão da logística. Nós temos uma nova agricultura no País hoje. O Centro-Oeste atualmen-

te inclui, além das áreas tradicionais, o Tocantins, o sul do Maranhão, o oeste da Bahia e parte de Rondônia. Todas essas regiões têm enorme potencial para a produção agrícola. Mas a nova geografia agropecuária não foi acompanhada pela logística. Não se construíu ferrovias, não se investíu em hidrovias e nem em rodovias. A falta de infra-estrutura está ameaçando o novo Centro-Oeste agrícola, essa nova fronteira que se formou. Veja o caso de Mato Grosso, onde a situação é a mais gritante. Lá a diferença de preços é enorme em relação a outros estados, o que rouba toda a competitividade dos agricultores. Embora eles tenham maior produtividade por conta do solo, do clima e da tecnologia, estão inferiorizados por causa da falta de logística.

Agroanalysis Qual é a solução para "encurtar" a distância entre os estados do Centro-Oeste e os grandes centros consumidores ou portos? Qual é a sua proposta?

Kátia Abreu Investir em hidrovias. Para transportar uma tonelada de alimento por 1.000 km numa rodovia, você gasta US$ 42. Se for usar uma hidrovia para transportar a mesma quantidade de alimentos pela mesma distância o gasto é de apenas US$ 18. O investimento para construir 1.000 km de rodovia é no mínimo 10 vezes maior que se gasta com uma hidrovia.

Agroanalysis Por que o Brasil não investe mais em hidrovias?

Kátia Abreu O que impede a implantação de nossas hidrovias é a construção de hidrelétricas. Não sou contra construir hidrelétricas, desde que também se construam eclusas. Se você construir a eclusa junto com a hidrelétrica, você economiza um bom dinheiro. Vou dar o exemplo do meu estado, o Tocantins, da Usina Luiz Eduardo Magalhães, construída durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Se tivessem construído a eclusa junto com a hidrelétrica, a obra teria custado R$ 340 milhões. Hoje custa R$ 630 milhões para construir a eclusa posteriormente, 50% a mais que teria custado se tivesse sido construída simultaneamente. A eclusa é uma espécie de elevador de água. Por meio dela, passam os navios que precisam transpor a barragem da usina hidrelétrica para seguirem a viagem.

> "O problema não é o lançamento da Hidrelétrica de Estreito, mas a falta da eclusa. Isso mata a navegabilidade do Rio Tocantins"

Agroanalysis Sem eclusa, não há hidrovia.

Kátia Abreu É isso mesmo. Sem eclusa não há possibilidade de navegação. O problema não é o lançamento da hidrelétrica, mas a falta da eclusa. Quando ela não é construída simultaneamente à hidrelétrica, acaba matando definitivamente a navegabilidade do rio. Isso desobedece a um princípio legal. As águas têm que ter múltiplo uso. Eu não posso usar água para o fornecimento de energia e tirar o direito do cidadão de usar o rio como seu meio de transporte. Eu entrei com uma ação na Justiça porque está sendo construída agora, no Tocantins, a Hidrelétrica de Estreito. Sem eclusa. Eu pedi o embargo da obra, mas ainda não houve a decisão da Justiça.

Agroanalysis É mais uma hidrelétrica que se faz no Rio Tocantins?

Kátia Abreu Essa hidrelétrica no Rio Tocantins será construída no município de Estreito, Maranhão, bem na divisa com o Tocantins. Será formado um reservatório de 555 quilômetros quadrados. Tudo bem! O País precisa de energia. O problema não é o lançamento da hidrelétrica, mas a falta da eclusa que, de novo, não será construída simultaneamente à hidrelétrica. Isso mata a navegabilidade do Tocantins. A Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, sem a eclusa, está ajudando a matar o nosso rio. E isso agora vai se agravar com a Hidrelétrica de Estreito.

Agroanalysis Se pudessem contar com a hidrovia, qual seria a economia para os produtores rurais da região?

Kátia Abreu Eu calculo que os produtores rurais das regiões Norte e Centro-Oeste devam perder cerca de R$ 2,7 bilhões por ano pela falta de infra-estrutura de transporte. Se pudessem utilizar o transporte hidroviário, o custo de escoamento da safra seria 40% inferior ao de hoje, baseado no transporte rodoviário. Mais hidrovias poderiam ser viabilizadas na Região Centro-Oeste, como as de Teles Pires e Tapajós, na divisa entre Mato Grosso, Pará e Amazonas. Elas poderiam dar vazão a quase toda a produção do centro-norte de Mato Grosso, uma região de alto potencial. Essa produção está indo para Paranaguá. Nós já temos a hidrovia do Rio Madeira, que praticamente nasceu pronta e não precisa de nenhuma estrutura. Nos casos de Teles Pires e Tapajós, se não for construída uma hidrelétrica, não será possível implantar as hidrovias, porque os rios têm muita corredeira. A hidrelétrica forma lagos, o que permite a navegação. Construir uma hidrovia sai bem mais em conta que investir em ferrovia. No Rio

> “Nós temos que fazer um braço na Ferrovia Norte-Sul em direção a Mato Grosso, e outro para o oeste da Bahia”

Madeira, que já é navegável, há duas hidrelétricas planejadas. Lá poderiam ser feitas quatro hidrovias: três fora do Brasil, entre Bolívia e Peru, e uma dentro do País, que passaria por Mato Grosso, até o Paraná. Isso possibilitaria a integração da América Latina. Essas hidrovias proporcionariam uma transformação fundamental para o sistema logístico da região. Nos casos das hidrelétricas Teles Pires e Tapajós, a construção da hidrovia permitiria o escoamento de grande parte da produção desta área mais central entre Mato Grosso e Tocantins. Nesta área, o Brasil tem grandes possibilidades. O país tem potencial de três Mississippis.

Agroanalysis Alguns destes projetos não estão inclusos no PAC?

Kátia Abreu A eclusa prevista para Tucuruí, incluída no PAC, será construída por causa do minério, para transporte de ferro-gusa. Ela não contempla a agricultura.

Agroanalysis E a Ferrovia Norte-Sul?

Kátia Abreu Ela vem do Maranhão, entra no Tocantins na cidade de Aguiarnópolis, atravessa o rio até Araguaína, e tem recursos aprovados para chegar a Palmas. Ela vai sair no Porto de Itaqui. Mas o que seria mais interessante para a região? Nós tínhamos de fazer um braço da ferrovia na altura de Guaraí (TO) em direção a Mato Grosso. E outro braço a partir de Gurupi (TO) para alcançar o oeste da Bahia e atender ás cidades de Luiz Eduardo Magalhães e Barreiras. Aí a ferrovia conseguiria atender a um grande pólo agrícola. É isso que nós precisamos. A Ferrovia Norte-Sul é muito importante, mas não é suficiente. Isso não é só uma crítica da oposição.

Agroanalysis A idéia de ampliar a ferrovia já foi proposta ao governo?

Kátia Abreu Sim, a idéia já foi proposta. Os próprios produtores estão se mobilizando nos seus governos. O governo de Mato Grosso e da Bahia já estiveram conosco aqui no Senado, junto com o governador do Tocantins.

Agroanalysis Qual é o perfil da agricultura do Tocantins hoje ?

Kátia Abreu Nós produzimos principalmente soja, arroz e milho. Mas já estamos implantando no estado três novas usinas de açúcar e álcool. Nos próximos três anos, vai crescer muito a produção de açúcar e álcool, com a cana ocupando parte do espaço hoje destinado à soja e à pecuária.

Agroanalysis A senhora acredita que vai ocorrer no Tocantins uma invasão da cana-de-açúcar ?

Kátia Abreu Acredito. Lógico que a cana-de-açúcar não serve para todo o estado. Há algumas regiões, que têm um período longo de estiagem, onde o plantio da cana não é recomendado. O avanço da cana ainda não é tão forte em Tocantins. O grande obstáculo é a logística. Eu acredito que não haverá uma rápida substituição da soja pela cana, principalmente agora com os bons preços internacionais. A cana pode entrar, sim, nas áreas de pastagens degradadas. Além da agricultura, a pecuária também está bastante desenvolvida no estado. Nós temos um rebanho de 8 milhões de cabeças e desde 2001 não se registra nenhum foco de aftosa em Tocantins.

Agroanalysis Há um plano de sanidade animal bem feito?

Kátia Abreu Há sobretudo vontade política da sociedade. Nós conseguimos mobilizar não apenas a iniciativa privada, como o governo. Virou uma espécie de mania o combate à aftosa em Tocantins.

Agroanalysis Quais são as perspectivas da nova safra de grãos? O produtor ficou contente com as medidas anunciadas pelo Ministério da Agricultura?

Kátia Abreu A redução dos juros não foi aquela que esperávamos. Os juros poderiam ser mais baixos. O endividamento ainda é muito alto na região. ■

Macroeconomia

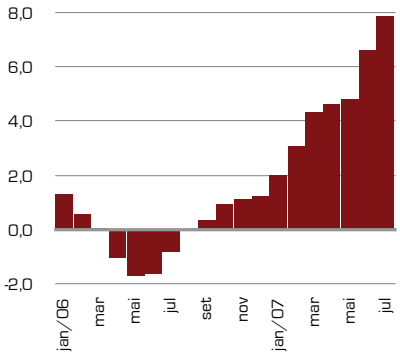
Inflação e preços agrícolas

Rogério Mori*

AS ANÁLISES recentes de vários economistas têm apontado que o cenário inflacionário brasileiro permanece favorável ao longo dos últimos meses. De fato, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – registra quedas sistemáticas no resultado acumulado em 12 meses. Caiu, até março deste ano, a 2,96% no acumulado de 12 meses. Ante esse ambiente, as expectativas de inflação cederam de forma quase contínua, ensejando um ambiente favorável a reduções na meta da taxa básica de juros – Selic – por parte do Banco Central. Os núcleos de inflação também caíram no processo, com variações acumuladas que se aproximaram de 2% no primeiro trimestre do ano. Sob essa perspectiva, chegou-se a especular que a inflação poderia ficar muito próxima ao piso da meta neste ano, de 2,5%, e especulou-se fortemente que o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderia decidir por uma redução de meio ponto percentual para os próximos meses na sua reunião de junho. Várias razões contribuíram para o comportamento da inflação mas, sem dúvida, a apreciação do real diante das demais moedas influiu significativamente.

Na realidade, a dinâmica dos preços domésticos começou a registrar uma inversão a partir do primeiro trimestre do ano, com o IPCA acumulado em 12 meses migrando novamente para um patamar superior aos 3% e atingindo 3,74% em julho. Em outras palavras, a dinâmica inflacionária trouxe a variação do IPCA de volta ao nível próximo de 4% e as indicações são de que o ano pode fechar com um índice de inflação superior a esse valor. Uma análise um pouco mais ampla desse espectro inflacionário revela que tal comportamento não se limitou apenas ao índice cheio, mas as medidas de núcleo também mostraram uma mudança de comportamento no período, ensejando indagações se a trajetória de inflação poderia estar se alterando ao longo desses meses. Sob essa perspectiva, cabe perguntar acerca das razões que, em tese, condicionaram essa mudança.

IPCA – Alimentação e bebidas (var. acumulada em 12 meses, %)



Fonte: IBGE. Elaboração: FGV-EESP/Cemap

Sem sombra de dúvida, o comportamento dos preços dos alimentos teve um efeito determinante no processo. No caso do IPCA, em que o grupo alimentação e bebidas responde por uma elevada parcela do índice, a alteração na dinâmica é gritante. A variação acumulada em 12 meses do grupo chegou a registrar deflação de 1,71% em maio do ano passado. Desde então, os seus preços registraram uma clara inversão e fecharam o ano passado com variação acumulada de 1,23%. Ao longo deste ano, a alta de preços foi impressionante e o resultado acumulado em 12 meses do grupo alimentação e bebidas no IPCA chegou ao patamar de 7,88% em julho deste ano.

A inversão dos preços dos alimentos tem, por trás, sem dúvida, a mudança no comportamento dos preços agrícolas. Reconhecidamente, eles também registraram uma ampla aceleração desde meados do ano passado. Tal padrão pode ser detectado nos preços praticados no atacado por meio do Índice de Preços no Atacado (IPA) para produtos agrícolas medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Desde maio do ano passado, esses preços também registraram aceleração, e o pico de variação acumulada em 12 meses foi de 12,8%. Desde então, o índice cedeu, mas os resultados observados em junho e julho ainda refletem alguma pressão do lado desses preços no período.

Sob essa perspectiva, o comportamento dos preços dos produtos agrícolas no atacado tem se transmitido, ainda que com alguma defasagem, para o varejo e a dinâmica imposta no segmento atacadista claramente condicionará os resultados na ponta varejista. O lado interessante do resultado é que ele ocorreu exatamente nos meses em que a cotação da moeda norte-americana seguiu caindo, o que, em tese, deveria amortecer um pouco o efeito nesses preços.

Nesse contexto, caso a dinâmica dos preços agrícolas do segundo semestre de 2007 seja relativamente similar à verificada no ano passado e ocorra uma súbita reversão no comportamento da taxa de câmbio, é bem provável que o cenário de inflação registre uma clara deterioração. Caso isso ocorra, é bem provável que o desenho de política monetária seja revisto mais adiante. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

NÚMEROS DA CANA

A Unica divulgou sua previsão para a safra 2007/08. As usinas do Centro-Sul vão processar 410 milhões de toneladas de cana. A estimativa anterior apontava moagem de 420 milhões de toneladas. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor da Unica, cerca de 10 milhões de toneladas ficarão nos canaviais. É que o clima chuvoso no início da safra atrasou a colheita em algumas regiões do Centro-Sul. A produção de açúcar foi revista para 25,1 milhões de toneladas. Antes, se esperava 27,5 milhões de toneladas. Na safra 2006/07, a produção de açúcar ficou em 25,795 milhões de toneladas. A menor produção de açúcar será compensada pela maior oferta de álcool. A previsão é de 18,54 bilhões de litros, 15,4% mais que na safra anterior.

Segundo a Unica, até 1º de agosto, as usinas processaram 189,71 milhões de toneladas de cana, volume 2,99% acima das 184,2 milhões de toneladas do mesmo período da safra anterior. O mix de produção para a safra será de 45% para o açúcar e 55% para o álcool. A demanda mensal por álcool gira em torno de 1,32 bilhão de litros. A projeção é de que o estoque de passagem para o final da safra fique apertado, em torno de 700 milhões de litros.

Meio urbano, meio rural

Dados do Fundo de População das Nações Unidas indicam um fato histórico. Este ano, pela primeira vez, a população urbana chega a 50% do total mundial. O curioso é que a população rural não está diminuindo, mas crescendo menos. Em 1950, era de aproximadamente 1,77 bilhões e, agora, chegou a 3,3 bilhões. A urbana, no mesmo período, passou de 730 milhões para 3,3 bilhões.

Ritmo dos alimentos

As vendas da indústria da alimentação cresceram 4,59% no primeiro semestre de 2007, segundo Pesquisa Conjuntural da Abia. Isto revela que o setor está mantendo seu dinamismo de crescimento. No período, ocorreram várias fusões e aquisições, principalmente na área de carnes e derivados e açúcar e álcool. A Abia projeta para 2007 um crescimento em volume na produção de 4,5% a 5% e nas vendas reais ao redor de 5%.

BIODIESEL NA BOMBA

A Petrobras pretende investir US$ 1,5 bilhão até 2008 em biocombustíveis. A meta da estatal é liderar a produção de biodiesel, ampliando de 329 milhões de litros em 2008 para 1,182 bilhão de litros em 2012. Na área de álcool, a atuação da empresa vai se concentrar na comercialização e na logística.

PROTECIONISMO

"O setor de bionergia tem um imenso potencial de reduzir a fome e a pobreza, caso a produção seja transferida dos países ricos aos pobres"

Jacques Diouf, diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), em artigo publicado pelo "Financial Times", em agosto de 2007. A FAO está pedindo aos EUA e à UE que reduzam as barreiras à importação de álcool.

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o *e-mail:* brunoblecher@uol.com.br

Um só agronegócio

"Brasil, Um Só Agronegócio" é o tema da sexta edição do Congresso Brasileiro de Agribusiness, que está sendo realizada em São Paulo. Para Carlo Lovatelli, presidente da Abag, "o agronegócio no país carece de uma estratégia soberana e nacional. Falar em dicotomia na agricultura entre alimentar e energética, ou entre familiar e empresarial, é uma perda de objetivos. Nós defendemos um agronegócio convergente". Agroenergia, sustentabilidade, investimento em produção e comercialização e cooperativismo são os principais temas do congresso.

Leilão urbano

Em tempos de turbulência no mercado financeiro, investir em gado de elite voltou a ser uma opção. Amauri Gouveia, um dos promotores do 5º Leilão AgroAndorinha/ Fazenda Marino, espera um bom público para o seu leilão, dia 11 de setembro, no Citybank Hall, em São Paulo. Ele vende, de maneira inédita, 30 lotes de nelore mocho e de nelore padrão.

Além de Gouveia (AgroAndorinha) e Luiz Carlos Marino (Fazenda Marino), vendem animais, como convidados, Ivan Zurita, João Aguiar (Bradesco), Eni e Mariângela Bordon.

PÉ NO ACELERADOR

As vendas de máquinas agrícolas e caminhões estão em recuperação, segundo mostram os números da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). De janeiro a julho, foram vendidas 20,2 mil máquinas, com crescimento de 38% em relação ao mesmo período de 2006. "Isto reflete a retomada de investimentos do agronegócio, especialmente nas regiões Sul e Sudeste", comenta Milton Rego, vice-presidente de máquinas agrícolas da Anfavea. As vendas de caminhões também registram crescimento no período. Foram vendidas 33,1 mil unidades, 27,6% a mais que em igual período de 2006. As exportações de máquinas agrícolas alcançaram de janeiro a julho deste ano 14.159 unidades, 7,7% mais que nos primeiros sete meses de 2006.

AGROINDÚSTRIA

3,6%

foi o crescimento do setor no primeiro semestre deste ano.

Em 2006, a agroindústria cresceu

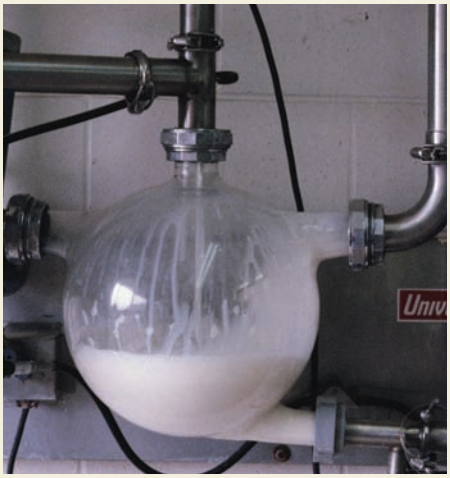
1,6%

de acordo com os dados do IBGE

A feira do leite

Com os preços do leite em alta, a organização da Feira Internacional da Cadeia Produtiva do Leite (Feileite) prevê boas vendas na edição deste ano. A feira será realizada entre 30 de outubro e 3 de novembro, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo.

A idéia é reunir cooperativas e produtores independentes, além de empresas de serviços e insumos, desde genética até a industrialização. Mais informações www.feileite.com.br



Carne *versus* soja

Uma competição saudável na pauta de exportações brasileiras. Nos primeiros sete meses de 2007, as vendas externas de carnes quase empataram com os embarques do complexo soja. De janeiro a julho de 2007, o complexo carnes somou US$ 6,1 bilhões, enquanto as divisas obtidas pelo complexo soja totalizaram US$ 6,7 bilhões. Os números constam da balança comercial do agronegócio do mês de julho, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Argentina

Apagão muda perspectiva

AS EXPORTAÇÕES agrícolas da Argentina devem atingir US$ 14,2 bilhões este ano, como resultado do aumento acelerado da produção no último ano de 94,1 milhões de toneladas, quando comparada à quantidade obtida na safra 2005/06, de 76 milhões de toneladas.

No campo se assiste no período recente a um aumento na área plantada com culturas anuais, com impacto direto na organização fundiária do país. A pecuária perde áreas nobres e vai para regiões menos adequadas, ao norte, enquanto as atividades de carne e leite perdem a força tradicional dos pampas.

Essa dinâmica provoca especulação na economia rural do país. Os preços das terras se aquecem. Nas áreas de campos para produção agrícola, o hectare alcança US$ 5 mil para aquisição e US$ 170 para arrendamento por uma temporada.

A boa rentabilidade proporcionada com a atividade estimula investimentos em tecnologia nos processos produtivos. O uso generalizado de variedades transgênicas, as terras férteis e o plantio direto são fatores técnicos positivos e diferenciais.

Segundo estudo do Conselho Argentino Para a Informação e Desenvolvimento da Biotecnologia, desde a introdução do cultivo de produtos geneticamente modificados, em 1996, até agora, houve impacto econômico de R$ 20 bilhões na economia do país em termos de redução do custo de produção. A Argentina é o segundo maior produtor mundial de grãos geneticamente modificados, perdendo apenas para os Estados Unidos. O maior ganho foi gerado pela soja tolerante ao glifosato e, mais recentemente, pelo milho resistente a lepidópteros.

Na parte econômica, apesar do imposto de exportação (*retenciones*) chegar a 27%, a taxa de câmbio é extremamente favorável para o setor: a relação do peso com o dólar é de 3 para 1. Além disso, a taxa de juros é de14%, para uma inflação de 9% ao ano. Nesse cenário, os custos de produção são altamente competitivos.

Em fevereiro último, o governo publicou uma série de resoluções para um programa de subsídios à produção de carne bovina, milho e trigo. O esquema é financiado pela cobrança dessas taxas sobre as exportações de carne, soja e derivados de soja.

Argentina: custo de produção e produtividade, em sacas de 60 quilos e por hectare

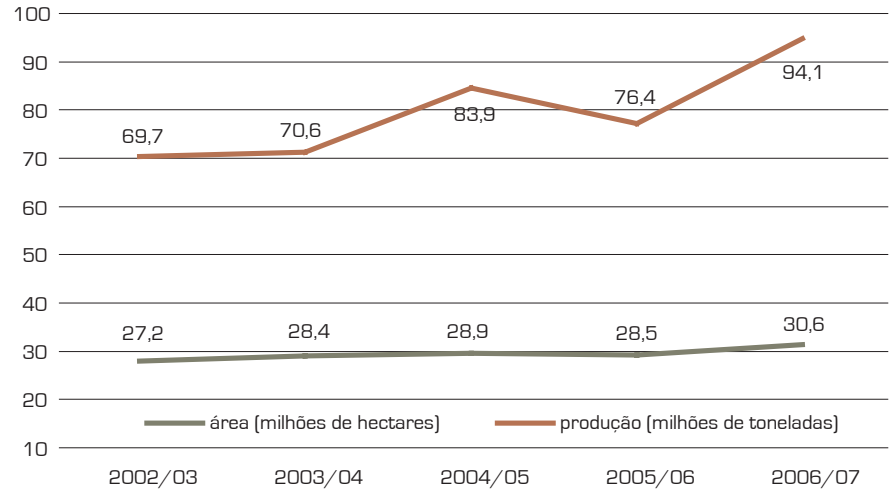
Cultura	Custo de produção	Produtividade
Milho	100	135
Soja	45	50
Trigo	35	45

Fonte: INPA. Região do Pampa Umido

Como metade da produção nacional de grãos vem de área arrendada, a terceirização do processo produtivo é uma pratica disseminada. Os prestadores de serviço, os chamados "contratistas", estão presentes em 70% da colheita, 60% da pulverização das lavouras e 40% do plantio. O emprego intensivo das máquinas força a sua substituição por unidades mais modernas. Do ponto de vista da política agrícola, no crédito rural, os beneficiados são os prestadores de serviços, para compra de máquinas e equipamentos.

Nos primeiros cinco meses deste ano, os embarques de grãos da Argentina superaram 16 milhões de toneladas. Os principais destinos foram o Brasil, com 19,7%, e a China com 16%. Do total vendido, a maior quantidade foi de milho (6,4 milhões),

Argentina: produção e área de cereais e oleaginosas



Fonte: Sagpa

Safra recorde na Argentina

A temporada 2005/06 foi espetacular na Argentina, seja na área plantada como na produção. Com condições climáticas razoáveis durante o desenvolvimento vegetativo das culturas, a colheita atingiu o seu máximo do ponto de vista histórico.

A soja representa praticamente a metade da área plantada e da produção de cereais e oleaginosas do país. A lavoura foi bem beneficiada em termos de produtividade. Apesar de a área ter crescido apenas 5%, a produção teve um incremento da ordem de 17,5%.

Na segunda principal lavoura nacional, o milho, os resultados também foram positivos. A área de milho aumentou em 11,7%, enquanto a produção subiu 51,7% Nos demais cultivos cabem alguns destaques para o amendoim e o sorgo granífero, com crescimentos expressivos na área e produção.

Produtos	Área em milhões de ha			Produção em milhões de t		
	2005/06	2006/07	Var.%	2005/06	2006/07	Var.%
1.Oleaginosas						
Soja	15.329	16.100	5	40.500	47.600	17,5
Girasol	2.260	2.440	8	3.800	3.620	-4,7
Amendoim	174	215	23,6	347	575	65,7
Linho	47	29	-38,3	54	34	-37
Colza	7	11	57,1	9	12	33,3
Cártamo	27	76	181,5	18	58	222,2
Sub-total (1)	17.844	18.871	5,7	44.728	51.899	16
2.Cereais						
Trigo	5.212	5.600	7,4	12.600	14.600	15,9
Cevada cervejeira	273	339	24,2	796	1265	58,9
Aveia	1.023	1.067	4,3	227	243	7
Cevada forrageira	22	27	22,7	3	3	0
Centeio	207	221	6,8	33	17	-48,5
Alpiste	13	9	-30,8	15	9	-40
Milho	3.190	3.570	11,9	14.500	22.000	51,7
Arroz	171	168	-1,8	1193	1.060	-11,1
Mijo	31	38	22,6	16	15	-6,3
Sorgo granífero	577	700	21,3	2.328	3.000	28,9
Sub-total (2)	10.719	11.739	95	31.711	42.212	33,1
Total (1) + (2)	28.563	30.610	7,2	76.439	94.111	23,1

Fonte: SAG

seguido do trigo (5,4 milhões) e da soja (3,4 milhões de toneladas), representando 40,4%, 33,7% e 21,2%, respectivamente.

As medidas anunciadas em 15 de janeiro deste ano autorizaram a concessão de subsídios da ordem de US$ 100 milhões anuais aos principais produtos de consumo interno. A soja e derivados tiveram um aumento de quatro pontos porcentuais no imposto cobrado nas exportações (nos grãos passaram para 27,5% e, na farinha e no óleo, 24%). Os recursos arrecadados serão utilizados para subsidiar a produção de alimentos, como parte da estratégia do governo de manter a inflação sob controle.

A safra 2007/08

Dentro dessa tendência, como a colheita de grãos na Argentina acaba de superar as expectativas mais otimistas e chega perto de 95 milhões de toneladas, para a próxima safra 2008/09, era natural esperar uma superação da barreira-símbolo de 100 milhões de toneladas, diante de outros fatores influentes como:

- Os preços das principais *commodities* agrícolas;
- A febre do etanol, que contamina os campos do país, em especial a lavoura de milho, de elevada produtividade nacional.

Um dos grandes desafios é sustentar o modelo do acordo de preços sem afetar a disponibilidade de insumos, como fertilizantes e combustíveis. Mas, a crise energética que assombra a Argentina é uma ducha de água fria frustrante para o agronegócio. A expansão prevista para o milho pode não ocorrer em razão da falta de insumos (sementes, fertilizantes e defensivos) e da pressão nos custos de produção. Já a soja apresenta um panorama de preços altos. Isso deve promover mudanças nos planos dos produtores para a safra 2007/08.

Se a escassez energética é um fenômeno que afeta toda a economia argentina, no caso da agroindústria representa um problema maior. As duas épocas de maior produção estão condicionadas pelos ciclos da natureza. Com o racionamento, a matéria prima não processada se perde. É o caso na industrialização de ovos, frangos, cana-de-açúcar e limões. Esses setores vinham de um *boom* desde a desvalorização do peso, mas pela falta de energia, sofrem um freio nos últimos meses.

Enquanto isso, nas negociações internacionais, a Argentina deixa evidente a falta de disposição para abrir seu mercado como resultado da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). A argumentação é de que uma liberalização frearia o processo atual de "reindustralização" do país. ■

Laranja I

Mais gestão e tecnologia

Marcos Fava Neves[1]
Frederico Fonseca Lopes[2]
Vinícius Gustavo Trombin[3]
Antonio Ambrosio Amaro[4]
Evaristo Marzabal Neves[5]
Marcos Sawaya Jank[6]

TRADICIONALMENTE, na agricultura, independentemente das atividades na propriedade, a administração é feita pelo próprio detentor da terra. Na citricultura isto também ocorre. E pequeno o número de pomares arrendados ou de terra alugada para implantação de pomares, por tratar-se de cultura perene.

Pesquisa dirigida para o mercado de acaricidas, nas regiões de Limeira, Bebedouro e São José do Rio Preto, mostrou a predominância da administração familiar nas propriedades cultivadas com citros. De modo geral, nas fazendas maiores, o proprietário conta também com seus filhos e profissionais contratados.

Entre os citricultores, alguns especializam-se na produção exclusiva para a indústria, outros preferem direcionar uma parcela para ser vendida no mercado interno de fruta fresca (e outra para indústria), devido aos riscos e às incertezas de preços.

No caso dos citricultores dedicados a produzir para o mercado de fruta fresca, aumentam as preocupações com bons tratos culturais (principalmente pulverizações), para dar melhor aparência ao produto. Muitos desses produtores vendem a fruta (colhida ou não) a comerciantes que vão adquiri-la na propriedade para posterior beneficiamento e venda.

A experiência mostra que, para ter mais sucesso no mercado de fruta fresca, torna-se quase imprescindível ter no gerenciamento da empresa pessoas de confiança. Eles se ocupam com cada uma das fases do processo (produção, beneficiamento e vendas) ou então se associam a uma cooperativa (associativismo) para as fases de comercialização. Essa situação restringe muito o número de propriedades dedicadas a esse tipo de atividade, visto que as questões de recursos humanos são vitais.

Com a presença cada vez maior de indústrias de suco de laranja na produção de matéria-prima própria e a entrada de novos empreendedores no ramo, as propriedades agrícolas são dirigidas com características semelhantes às da administração de outros segmentos da economia. Assim, o nível gerencial é exercido por engenheiros e administradores; o uso da informática para fins de controle e administração é crescente; há uma preocupação permanente na busca de índices de eficiência, com implantação de um sistema de premiação para criatividade e eficiência. De outra parte, existe uma preocupação com a mão-de-obra menos qualificada e seu treinamento em diferentes níveis, necessário na medida em que avanços e inovações tecnológicas são introduzidos no processo produtivo. Essas empresas também valem-se, muitas vezes, de consultorias em diversas especialidades, além da busca de conhecimento nas instituições de pesquisa e assistência técnica.

Características dos segmentos das unidades produtivas

Representação dos grupos	Tecnologia Bronze	Tecnologia Prata	Tecnologia Ouro
Participação em área	40% a 45%	30% a 35%	20% a 25%
Participação em produção	30% a 35%	30% a 35%	30% a 35%
Localização predominante no cinturão citrícola (+ à intensidade)	Norte (++) Nordeste (+)	Norte (+) Nordeste (+) Sudeste (+)	Norte (+) Sudeste (++) Sudoeste (+++)
Tendência	Pode trocar de atividade se encontrar oportunidades mais atrativas	Decidirá se fica ou sai da atividade no médio prazo	Crescer na atividade

Fonte: Elaborado pelo autor

Características quantitativas dos segmentos das unidades produtivas

Indicadores	Tecnologia Bronze	Tecnologia Prata	Tecnologia Ouro
Produtividade (caixas/hectare)	488	690	990
Produtividade (caixas/pé)	1,8	2,0	2,2
Densidade de plantio (pés/hectare)	271	345	450

Fonte: Elaborado pelo autor

Características qualitativas dos segmentos das unidades produtivas

Pressupostos	Tecnologia Bronze	Tecnologia Prata	Tecnologia Ouro
Gerais	Pomares mais velhos, de baixa densidade, baixa tecnologia, menor produtividade	Pomares densos e sadios, com mais fertilizantes e defensivos	Tecnologia e gestão moderna, com otimização dos recursos
Plantio	Uso menos adequado de fertilizantes e de corretivos no plantio Menor preocupação com a qualidade e procedência do material genético da muda cítrica Pomar com 271 plantas por hectare	Preparo e correção do solo com uso de fertilizantes e de calcário na cova Atenção com a qualidade da muda Pomar com 340 plantas por hectare	Adubação e calagem conforme análise do solo. Proteção com cobertura verde ou morta Mudas certificadas ou fiscalizadas de viveiros idôneos com material genético melhorado Pomar com 400 plantas por hectare
Tratos Culturais	Uso intensivo de mão-de-obra comum Manejo menos adequado, uso de roçadeiras e grade	Menor uso de mão de obra, capina mecânica e herbicida Plantio com trator e sulcador	Uso intenso de máquinas e equipamentos com maior desenvolvimento tecnológico nos pomares
Tratos fitossanitários	Pouca tecnologia Volumes inadequados de caldas Pulverização sem fitossanidade, voltada para as pragas principais. Falta de inspeções para controlar cancro cítrico, CVC e greening	Monitoramento dos talhões Métodos naturais e biológicos para o controle de pragas e doenças e o controle químico feito por recomendação agronômica	Uso de técnicas modernas para identificar previamente, monitorar e realizar o manejo de pragas e doenças, com a utilização de defensivos registrados para citros
Corretivos e fertilizantes	Utilização de calcário e adubação sem critério, geralmente, fórmulas de baixa concentração	Corretivos e fertilizantes recomendados por meio de análise de solo e foliar	Análise química. Programa de calagem, adubação e microelementos Minimizam as perdas por lixiviação e contaminação do solo e/ou do lençol subterrâneo
Gestão	Comercialização convencional Baixa eficiência em máquinas e mão-de-obra	Maior capacitação dos recursos humanos por meio de treinamento	Eficiência na gestão de suprimentos, dos *pools* de compra Otimização dos insumos Eficiência em máquinas e mão-de-obra

Fonte: Elaborado pelo autor

Outra abordagem que merece ser analisada no aspecto gerencial, também pela sua influência na comercialização da produção ou suprimento de matéria-prima para as fábricas, é a "personalidade jurídica" das propriedades citrícolas.

De um total de 23,5 mil propriedades, que produzem 210,1 milhões de caixas no estado de São Paulo, são declaradas como jurídicas 161 unidades, com 34,7 milhões de pés, com participação na produção de 0,7% e 17% respectivamente.

Considerando outros parâmetros, como grau de escolaridade, organização social e tamanho do pomar, evidencia-se a complexidade de interpretar e propor linhas básicas para uma política setorial que atenda ao mesmo tempo os interesses dos diversos segmentos deste sistema de produção e comercialização.

Os produtores diferenciam-se quanto ao perfil tecnológico na condução dos pomares, mas também na estabilidade e regularidade dos processos de comercialização.

Como a citricultura paulista passou por transformações no plantio e na condução dos pomares, a produtividade por planta e área foi afetada.

Mudanças aconteceram na escolha da área, entre as combinações de copas e porta-enxerto, tratos culturais, espaçamento e distribuição das plantas nos talhões.

A citricultura, como lavora perene, guarda características, desde a implantação do pomar, que se refletem por toda a sua vida útil. Certas características podem ser modernizadas, mas a um custo que compromete a estabilidade econômica do citricultor.

Diante dessa diversidade, as propriedades citrícolas em função da tecnologia adotada, foram classificadas em:

- Bronze: menos tecnificadas;
- Prata: as intermediárias;

- Ouro: de alta produtividade e maior rentabilidade.

A partir das entrevistas realizadas com agentes do sistema agroindustrial citrícola, levantou-se quanto cada um desses segmentos representa no cinturão citrícola, a sua localização predominante, o tamanho estimado das propriedades e qual o futuro do segmento. A análise está apresentada no Quadro 2.

A necessidade de incrementar a produção por unidade de área na citricultura paulista é uma discussão que remonta pelo menos há quatro décadas. Tal necessidade justifica-se basicamente por duas razões:

- Primeira: pelas restrições na disponibilidade de terras;
- Segunda: pelo encarecimento dos custos variáveis (cujo principal fator responsável é o aumento no controle das pragas e doenças). Assim, uma das alternativas para o melhor aproveitamento da área foi o adensamento do plantio.

As propriedades paulistas apresentam diferentes densidades de plantio. Por meio de entrevistas, foram levantados indicadores de produtividade e de densidade média dos pomares que compõem o cinturão citrícola. O segmento Ouro possui os pomares mais adensados, com aproximadamente duas vezes o número de plantas em relação ao segmento Bronze. Alguns estudos relatam aspectos negativos do adensamento, como prejuízo do crescimento das plantas na linha de plantio e a redução no peso médio dos frutos. Todavia, o adensamento produz mais por unidade de área, o que poderia compensar tais aspectos negativos. ■

1 Professor da FEA/USP de Ribeirão Preto e coordenador do PENSA
2 Mestre em Administração pela FEARP/USP. Pesquisador do PENSA
3 Mestre em Administração de Organizações pela FEARP/USP
4 Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo
5 Engenheiro Agrônomo, professor titular da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP)
6 Professor da FEA/USP e Presidente da UNICA (União da Agroindústria de Cana de Açúcar)

Laranja II

Desequílibrio dos contratos

Fabio Chaddad[1]

IMPULSIONADA pelo crescimento da renda e pelos processos de urbanização, mudança tecnológica e globalização, a agricultura fica cada vez mais intensiva em capital e integrada com os estágios antes e depois da porteira.

Nesse processo, os mercados *spot* são cada vez mais substituídos por relacionamentos colaborativos entre produtores agrícolas e as empresas que utilizam *commodities* agrícolas como matéria-prima. Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela do valor bruto da produção agrícola comercializada por meio de contratos subiu de 11% em 1969 para 39% em 2003. No Brasil, o uso de contratos na agricultura também se torna cada vez mais comum.

O crescente uso de contratos na agricultura é explicado pela:

- Redução dos riscos e economia dos custos de transação;
- Maior eficiência da coordenação vertical entre os participantes da cadeia;
- Transferência de tecnologia, fornecimento de crédito e insumos, acesso a mercados e gestão do risco para o produtor.

O valor do contrato geralmente não é atrelado aos preços de mercado. Trabalhos empíricos confirmam que contratos reduzem o risco do produtor e propiciam renda agrícola, na média, maior que a de produtores que comercializam sua produção via mercados *spot*.

Para os contratos promoverem a eficiência, a redução de riscos e o aumento da renda dos agentes envolvidos no agronegócio é preciso um ambiente institucional para dar suporte formal e fazer valer o seu cumprimento. Quando as instituições falham, os custos de transação aumentam e podem até inviabilizar a realização de acordos comerciais e de investimentos.

No sistema agroindustrial nacional do suco de laranja, a aquisição de matéria-prima pela indústria de sucos cítricos é realizada por meio de contratos desde a década de 1960. Entre 1986 e 1989, as relações culminaram com o estabelecimento do "contrato padrão", que condicionou o preço da laranja às cotações internacionais do suco. Esse regime de negociação coletiva vigorou até 1995.

Entretanto, o crescimento da produção no Brasil e na Flórida pressionou as cotações internacionais do suco, com efeitos negativos sobre o preço de laranja recebido pelo produtor, no início da década de 1990. Com a queda de preços, grupos de produtores começaram a questionar o contrato padrão.

Em 1994, associações de produtores entraram com ação na SDE acusando as indústrias por formação de cartel e imposição de preços e integração vertical. Em 1995, o Cade decidiu aplicar o Compromisso de Cessação de Práticas Anti-Competitivas nas indústrias, com a suspensão do processo administrativo de formação de cartel, bem como do contrato padrão. A partir dessa decisão, a indústria ficou proibida de participar de reuniões organizadas por associação, órgão ou instituição pública.

A partir da safra 1995/96, inicia-se uma nova forma de negociação bilateral entre uma indústria e um produtor individualmente, ou entre uma indústria e associações de produtores. Em geral, o contrato entre indústria e o produtor de laranja estipula um preço fixo por caixa de 40,8 kg. Desta forma, a indústria absorve o risco das oscilações do preço e, muitas vezes, faz adiantamentos ao produtor, que efetivamente cobrem os custos operacionais de produção.

A partir de 2005, o preço do suco de laranja na Bolsa de Nova York voltou a subir, atingindo patamares recordes, por causa de quebras de produção na Flórida. Entretanto, a valorização do real diante do dólar e a fixação do preço pelos produtores por meio de contratos impediram a valorização do preço da laranja pago ao produtor, gerando nova fonte de fricções no setor.

Recentemente, alguns produtores incentivados pela Associtrus entraram com ações jurídicas de desequilíbrio contratual contra as indústrias, para pagamento da diferença entre o preço da laranja estabelecido em contrato e o alegado custo de produção divulgado pela Associtrus, de R$ 15 por caixa.

Os produtores alegam que, enquanto as indústrias auferem lucros extraordinários em razão da elevação drástica da cotação do suco de laranja no mercado internacional, eles estão sujeitos à venda de suas frutas por preços que sequer cobririam seus custos de produção.

Pressupostos para a safra paulista 2006/07

- **Processamento: 311 milhões de caixas de 40,8 kg de laranjas (USDA, 2007);**
- **Matéria-prima originada nos pomares:**
  a) Conduzidos pelas próprias processadoras: 20%;
  b) De produtores: ao redor de 250 milhões de caixas;
- **Média de preço dos contratos: U$ 3,30 por caixa de 40,8 kg = R$ 6,60 (US$: R$2,00);**
- **Custo da quebra de contrato por caixa (R$ 8,40 ou US$ 4,20) = Custo de produção da Associtrus (R$ 15,00 ou US$ 7,50) deduzido da média dos preços dos contratos (R$ 6,60 ou US$ 3,30);**

Custo da quebra de contrato por safra (R$ 2,61 bilhões ou US$ 1,31 bilhões) = preço da caixa contratada (R$ 8,40 ou US$ 4,20) multiplicado pela quantidade processada (311 milhões de caixas).

Rompimento de Contratos

O primeiro ponto a ser destacado, como, na pior das hipóteses, o produtor tem sempre a opção de aguardar o momento da colheita e vender sua produção no mercado *spot* ao preço corrente do mercado, não faz sentido nenhum:

- Fixar o preço da caixa de laranja por meio de contrato a termo com a indústria abaixo do seu custo de produção;
- Vender sua produção a preço fixo para 3 ou 5 safras tendo o prejuízo como certo.

O segundo ponto é o custo de produção de R$ 15 por caixa alegado pela Associtrus. Na pratica, esse valor varia entre R$ 6,03 a R$ 4,48 para produtores de tecnologia média ou boa. Para produtores de tecnologia ultrapassada pode chegar a R$ 7,21.

Do suco exportado pelo Brasil, 97% são processados em São Paulo, gerando uma receita de US$ 1,42 bilhão (as exportações totais do Brasil de suco de laranja em 2006 foram de US$ 1,47 bilhão). Ou seja, o reivindicado pelos produtores em ações jurídicas representa proporcionalmente o equivalente a 75% do faturamento total do setor paulista. Isso não leva em conta os custos de processamento e transporte do SLCC até o porto de exportação, bem como os custos financeiros envolvidos no processo.

Tal como ocorrido no caso da quebra de contratos de "soja verde", na safra 2003/04, a "fragilização" da instituição do contrato traria impactos negativos para todos os agentes do setor. ■

1 Professor do Ibmec São Paulo.
Email: FabioRC@isp.edu.br

Safra 2007/2008

Recorde de fertilizantes

Evaristo M. Neves[1]
Guilherme Signorini[2]

O MERCADO mundial contaminado pela "febre do etanol" e a "epidemia do biodiesel", a elevação nos preços internacionais de algumas *commodities* do agronegócio são fatores indutores do aquecimento na demanda mundial por fertilizantes e, em conseqüência, da elevação de seus preços no primeiro semestre de 2007.

Segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), no caso brasileiro, as entregas e os preços dos fertilizantes, no primeiro semestre deste ano, tiveram crescimento expressivo, puxadas:

- Pela cana-de-açúcar, milho safrinha, trigo e a antecipação de compras para plantio da safra de 2007/08;
- Pelas maiores aquisições em diversos países, principalmente China e Índia;
- Pelos aumentos nos preços médios mundiais de 64% do nitrogênio, 42% do fósforo (P2O5) e 88% do potássio.

Em Mato Grosso, o maior estado consumidor de fertilizantes do Brasil, as entregas de fertilizantes somaram 1,876 milhão de toneladas no 1º semestre de 2007, 240% a mais que igual período de 2006. Esse número supera o do Paraná, que demandou 1,577 milhão toneladas, 80% a mais que em 2006. No estado de São Paulo, as entregas de 1,573 milhão toneladas, ficaram 22% superiores ao do 1º semestre de 2006.

Ao tomar por base o desempenho do primeiro semestre de 2006, quando as entregas foram de 20,982 mil toneladas, as previsões otimistas antevêem para 2007 entregas próximas ou mesmo com pequena superação do recorde alcançado em 2004, de 22,767 mil toneladas.

Para a Anda, se este 2º semestre continuar com o ritmo acelerado de venda, as estimativas remetem ao recorde da década e podem atingir entregas de 23,5 milhões de toneladas em 2007.

Nesse sentido, são esperados aumentos na área plantada com grãos e na utilização de insumos por unidade de área. A crise no setor agrícola brasileiro, principalmente para os produtores de grãos, cereais e fibras, em 2005 e 2006, inverteu a curva ascendente que ocorria na década em termos de entregas ao consumidor.

De fato, as entregas se retraíram para a soja, milho, arroz e trigo, No algodão, houve queda em 2005 e recuperação em 2006. Por sua vez, algumas culturas aumentaram a demanda total por fertilizantes, como o café e a laranja.

Uma análise interessante é a determinação do consumo relativo (quilos por hectare) para as principais culturas, para associar as oscilações dos preços recebidos pelos produtores com a variabilidade de área e consumo por fertilizantes.

Embora essa determinação de consumo relativo se baseie em fontes diferentes (Anda, em termos de consumo de fertilizantes, e Fibge, para a área plantada), a relação obtida pode explicar os ganhos ou retrações no uso por unidade de área, em função dos preços médios obtidos pelos produtores.

Variação das cotações (jul/2006 a jun/2007)

Produto	Variação %
Milho	55,9
Soja	39,5
Trigo	50,4

Fonte: Bolsa de Chicago

Estado de São Paulo: índice de preços pagos pelos produtores

Janeiro a dezembro de 2005	-14,13%
Janeiro a dezembro de 2006	-6,13%
Novembro de 2006	-4,49%
Dezembro de 2006	1,08%
Junho de 2006 a maio de 2007	20,91%
Dezembro de 2006 a maio de 2007	22,96%

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

Brasil: variação nos preços de fertilizantes

Maio a novembro de 2006	1,99%
Novembro de 2006 a maio de 2007	19,3%
Maio de 2006 a maio de 2007	21,82%

Fonte: Conab

Brasil: mercado de fertilizantes no primeiro semestre

Ano	Importações			Entregas	Produção
	Quantidade[1]	Preço[2]	Valor[3]	Quantidade[4]	Quantidade[5]
2006	4.036	190	731,7	5.801	4.003
2007	7.607	224	1.800,0	9.397	7.607
Variação	88,5%	17,8%	146%	62,0%	88,5%

Fonte: (1, 4 e 5) Anda – em mil toneladas; (2) Anda – US$/tonelada (3) Abiquim – US$ milhões

Brasil: total de entregas de fertilizantes (mil toneladas)

2001	2002	2003	2004	2005	2006
16.737	19.164	22.356	22.767	20.195	20.982

Fonte: Anda

Brasil: consumo de fertilizantes por cultura (mil toneladas)

Cultura	2002	2003	2004	2005	2006
Soja	6.731	8.428	8.838	7.488	7.103
Milho	3.304	4.082	3.731	3.193	3.652
Cana-de-açúcar	2.333	2.600	2.695	2.832	3.131
Café	1.291	1.375	1.331	1.412	1.585
Algodão	696	950	1.078	785	1.044
Arroz	612	872	846	654	630
Feijão	534	650	602	514	545
Fumo	414	483	517	503	465
Laranja	362	406	393	426	456
Trigo	569	742	755	543	410

Fonte: Anda

Brasil: área plantada das principais culturas, 2002-2006 (mil hectares)

Cultura	2002	2003	2004	2005	2006
Soja	16.361	18.450	21.581	23.410	21.994
Milho	12.329	13.326	12.797	12.248	12.972
Cana-de-açúcar	5.215	5.507	6.252	6.491	7.038
Feijão	4.317	4.366	4.324	3.953	4.220
Arroz	3.177	3.193	3.774	4.002	2.999
Café	2.380	2.585	2.455	2.541	2.520
Trigo	2.064	2.496	2.797	2.361	1.763
Algodão	761	721	1.155	1.263	911
Laranja	827	823	822	715	822
Fumo	339	392	461	499	500

Fonte: Fibge

Brasil: consumo relativo de fertilizantes (quilos por hectare)

Cultura	2002	2003	2004	2005	2006
Algodão	915	1.318	933	622	1.146
Fumo	1.221	1.232	1.121	1.008	930
Café	542	532	542	556	629
Laranja	438	493	478	596	555
Cana-de-açúcar	447	472	431	436	445
Soja	411	457	410	320	323
Milho	268	306	292	261	282
Trigo	276	297	270	230	233
Arroz	193	273	224	163	210
Feijão	124	149	139	130	129

Fonte: IBGE e Anda

A tomada de decisão do produtor quanto à utilização dos insumos depende dos preços recebidos e da sua expectativa para meses vindouros. É a chamada demanda derivada, em que a empresa do "antes da porteira" torce pela existência de preços atrativos para que os produtores não tenham problemas em seus fluxos de caixa. Preços compensadores levam os produtores a uma maior aplicação de insumos por unidade de área e trazem, também, a possibilidade de aumentar a área de plantio e, desta forma, há um aquecimento na demanda por insumos industriais, com aumento do seu uso e de sua aplicação.

O algodão, por exemplo, apresentou uma retração da área plantada em 2006, com uma maior aplicação de fertilizantes nas áreas cultivadas, a fim de manter uma produtividade favorável diante de preços em ascensão. Os dados do Ibge mostram que a produtividade média de

Quais são as previsões do USDA

Soja: a área ocupada na atual temporada é de 25,9 milhões de hectares, 15% a menos em relação à safra passada. A redução na área plantada nos EUA é um fator altista para as cotações nos próximos meses. As alterações dependerão da próxima safra sul-americana.

Algodão: queda também na área plantada, com 4,5 milhões de hectares, 27,6% a menos que a plantada em 2006/07, de 15,27 milhões de hectares. É a menor área desde 1989.

Trigo: redução na relação entre estoque e consumo no mundo na safra 2007/08 mantém as cotações do trigo em elevação no mercado internacional. Essa baixa relação é determinada pela menor oferta, uma vez que o consumo global segue relativamente estável.

Milho: nos EUA, com a febre do etanol, a cultura ganha terreno em cima da soja e do algodão. A área plantada nesta safra chega a 37,6 milhões de hectares, 18,6% maior que a utilizada na safra anterior. Uma possível retração dificilmente levará os preços de volta ao seu nível médio histórico ante a produção crescente de biocombustíveis. No caso brasileiro, a expectativa é de continuidade de incentivo a uma maior produção, já ocorrida com o milho safrinha.

algodão na safra 2005 foi de 195 arrobas por hectare, enquanto na safra de 2006, mesmo em menor área, a produtividade alcançada foi de 214 arrobas por hectare. Isso pode estar relacionado, entre outros fatores, ao consumo de fertilizantes, que saltou de 622 para 1.146 quilos por hectare.

As demais culturas podem ser analisadas de forma semelhante. Na cana-de-açúcar, entre 2005 e 2006, o aumento de 10,5% no consumo total de fertilizantes acompanhou o aumento de 8,4% na área plantada. Dessa forma, entende-se o aumento no consumo relativo acompanhado pelo crescimento da produtividade média nacional de 73 para 74 toneladas nas safras 2005 e 2006, respectivamente. Entre outros fatores, a maior aplicação de fertilizantes tem parcela no incremento gerado.

Existem outras inferências, como a evolução relativa ocorrida no uso de fertilizantes por unidade de área nas culturas de café e citros, quando os melhores preços internacionais ensejaram aprimoramento no manejo e uso de insumos nos dois últimos anos. Por sua vez, grãos e cereais, afetados pelos preços internacionais em queda, endividamento dos produtores, valorização do real, passaram por uma redução no uso de fertilizantes por hectare.

As informações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos geram expectativas de crescimento da área plantada na próxima safra brasileira de verão, bem como maior uso de fertilizantes por unidade de área no embalo de preços atraentes.

O endividamento dos produtores exigirá certa cautela nos investimentos. Os custos de produção mais elevados e a deficiente logística no transporte rodoviário poderão inibir a expectativa de uma colheita próxima ao recorde de 2004, mesmo com crescimento da área e da demanda por fertilizantes pela cana-de-açúcar. É esperar para ver. ■

1 Prof. Titular – Esalq/USP.
E-mail: emneves@esalq.usp.br
2 Acadêmico em Engenharia Agronômica/Esalq.
E-mail: signorin@esalq.usp.br

Safra 2006/2007

Expansão da área

AS ATENÇÕES estão voltadas para a grande safra de verão 2007/08. A tendência é de aumento total nas áreas plantadas de cereais e oleaginosas. O comportamento das lavouras varia. Entre aquelas que devem crescer estão soja e arroz. Na verdade, não se trata bem de expansão, pois ambas recuperam parte do espaço perdido nos últimos dois anos. No algodão, o quadro é nebuloso, enquanto no milho deverá haver recuo na área plantada.

Do lado externo, o mercado assistiu à febre do etanol e o seu impacto de alta nas cotações das principais *commodities* agrícolas, a partir do último trimestre do ano passado. Isso foi estimulante e trouxe oxigênio para o setor. Afinal, a maior preocupação continua a ser a valorização do real ante o dólar, apesar de as tensões recentes nos mercado financeiros internacionais terem arrefecido em parte essa movimentação.

Na formação do resultado das lavouras, o risco cambial é um fator importante, principalmente nos anos de valorização do real. Muitos itens do custo de produção têm seus preços formados no mercado externo e, quando há valorização, fica mais barato em real e mais caro em dólar. Nos produtos de exportação

Custo de produção

Especificação	Custeio	Pós-colheita	Financeira	Total
1. Milho (R$/saca de 60kg)				
Chapadão	7,65	0,68	0,30	8,63
Sapezal	7,97	2,13	0,31	10,41
Campo Mourão	8,36	1,45	1,35	10,16
Balsas	11,54	3,05	0,52	15,11
Rio Verde	11,61	2,08	0,76	14,45
2. Soja (R$/saca de 60kg)				
Barreiras	15,35	1,63	1,13	18,11
Rio Verde	14,88	1,32	0,49	16,69
Sapezal	18,85	2,01	0,85	21,71
Primavera do Leste	15,40	2,52	0,79	18,71
Balsas	18,07	2,68	0,77	21,52
Unaí	19,51	3,26	0,52	23,29
3. Algodão (R$/@)				
Barreiras	10,57	5,62	0,85	17,04
Rio Verde	10,98	6,59	0,85	18,42
Rondonópolis	15,62	1,99	1,02	18,63
Parecis	14,75	1,95	0,85	17,55
Sorriso	14,83	1,95	1,08	17,86
4. Arroz (R$/saca de 60kg)				
Sorriso	15,42	3,21	0,65	19,28
Cachoeira do Sul	16,95	3,17	0,61	20,73
Itaqui	13,50	3,20	0,48	17,18

Fonte: CONAB

Apoio ao milho

Com uma produção de 50,6 milhões de toneladas e consumo de aproximadamente de 40 milhões de toneladas, houve excedente, na safra de milho 2006/2007, de 10,6 milhões de toneladas, o que provocou a queda do preço da *commodity*.

A cotação do produto ficou inferior aos preços mínimos de R$ 14,00 por saca de 60 kg, para o milho produzido no Sul, Sudeste, Goiás, Mato Grosso do Sul e no sul da Bahia, e de R$ 11,00 por saca para o milho produzido em Mato Grosso e Rondônia.

O governo federal destinou R$ 276 milhões a operações de apoio à comercialização de milho nos últimos cinco meses, e garantiu preços acima do mínimo. Foram negociados 5,1 milhões de toneladas por meio de operações:

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) – 3,7 milhões de toneladas;**
- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) – 1,2 milhão de toneladas;**
- **Aquisição do Governo Federal (AGF) – 200 mil toneladas por AGF.**

isso afeta a competitividade porque as exportações encarecem em dólar e reduzem-se em real.

Entre o período de plantio e comercialização, a valorização média do real diante foi de R$ 2,80 a R$ 2,40 na safra 2004/05, de R$ 2,25 a R$ 2,15 na safra 2005/06 e de R$ 2,15 a R$ 1,95 na safra 2006/07. Um comportamento que penaliza o produtor rural.

Como será na safra 2007/08? Na esteira do etanol, a cana-de-açúcar amplia sua fronteira e força os grãos a ocuparem outros espaços. A tendência inicial era de repetir novamente o ciclo dos últimos anos, diante da expectativa de continuidade no processo de valorização do real. Agora, com a recente tensão nos mercados financeiros mundiais, o grau de imprevisão ficou maior.

O cultivo da soja está menor desde a safra 2004/05, quando foram plantados 22,15 milhões de hectares ante o recorde da safra 2003/04, de 23,28 milhões de hectares. Isso significa que, mesmo com um plantio maior, a oleaginosa ainda não recuperou sua maior área. Por sua vez, a boa colheita passada, combinada com a subida do preço internacional, possibilitou uma recuperação da lucratividade para os produtores, embora restringida pelo câmbio. Diante dos preços vigentes (R$ 30 a R$ 33 a saca) e dos custos estimados, a lavoura promete outro resultado positivo.

O arroz é outro produto com tendência de recuperação. Nos últimos dois anos, o arrozeiro do Rio Grande do Sul, principal produtor nacional, diante de preços desfavoráveis e pouca disponibilidade hídrica para o plantio, teve sua área reduzida. Pelo terceiro ano consecutivo a produção ficou inferior ao consumo. A rentabilidade da cultura dependerá da política agrícola para manter o preço acima dos custos de produção

Para o milho, a conjuntura não pesa a favor, com o enfraquecimento dos preços, pela entrada do produto da safrinha e o impacto do maior preço dos nitrogenados empregados na lavoura e, principalmente, pela cotação da soja. O cenário é francamente pró soja.

Para o algodão, o quadro é de indefinição. A alta nas cotações internacionais da fibra mudou a percepção de alguns cotonicultores que estavam fortemente decididos a cortes expressivos de área. Por sua vez, a subida do dólar em relação ao real ajuda, inclina o agricultor a aumentar a área plantada. ■

Crédito rural

Mais rigor na contratação

NA SAFRA 2006/07, o desembolso correspondente às aplicações do sistema oficial de crédito rural ficou, pelo segundo ano consecutivo, abaixo do orçamento original previsto pelo MAPA. Os indícios são de que o aumento na oferta de crédito rural não consegue cumprir o papel de estimular os negócios agropecuários.

A temporada, finalizada em 30 de junho último, cumpriu 89% do total programado, enquanto na safra 2005/06 o desembolso chegou a 95% do total. Com isso, nesses dois anos, deixaram de ser emprestados para os agricultores R$ 5,387 bilhões.

No lançamento do Plano de Safra, o governo anunciou R$ 50 bilhões para o setor, mas foram efetivamente aplicados R$ 44,613 bilhões. Na safra 2005/06, havia R$ 44,35 bilhões, e os empréstimos somaram R$ 42,345 bilhões. A diferença foi da ordem de R$ 2 bilhões.

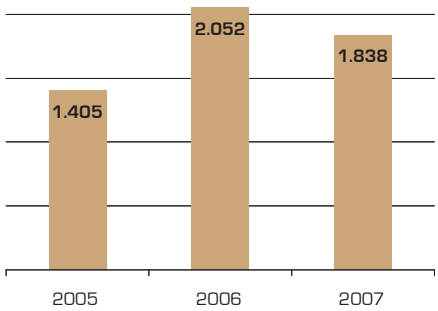
Dois fatores básicos explicam a queda no indicador de desempenho:

- A crise de renda no segmento de grãos;
- Crescimento do endividamento rural.

Nesse ambiente, a política de concessão de crédito dos bancos fica mais restritiva e seletiva. Os bancos contraem o crédito e ficam mais criteriosos nos exames dos cadastros apresentados pelos produtores.

Quando se analisa o desempenho do crédito rural nas safras 2005/06 e 2006/07, os indícios são de uma forte desaceleração no crédito para investimentos, quando comparado ao custeio e à comercialização.

Programa de garantia de preços minimos (R$ bilhões)



Fonte: MAPA

Nos oito programas administrados pelo BNDES:

- Houve uma queda na aplicação de R$ 3,3 bilhões para R$ 2,896 bilhões;
- As operações ficaram bem abaixo do previsto: 38,6% em 2005/06 e 47,4% em 2006/07.

Os números do MAPA apresentam também uma piora nos empréstimos de custeio e comercialização:. O desembolso efetivo (aplicado em relação ao previsto) despencou de 111% na safra 2005/06 para 95% na safra 2006/07. Houve sobra de R$ 1,877 bilhão nessa rubrica.

No agregado, os produtores tomaram menos recursos, apesar de ocorrer uma melhoria no perfil dos empréstimos com juros controlados (8,75% ao ano): a aplicação passou de 52,0% para 74,7% nas operações de custeio e comercialização. O acesso aos recursos do crédito de custeio com juros livres diminuiu diante das taxas consideradas ainda altas (acima de 15% ao ano) e os contratos atingiram 88% do total disponível.

Na safra 2006/07 também houve uma oferta adicional de crédito rural. A sua exigibilidade corresponde a 25% dos depósitos à vista e estes aumentaram com a queda na taxa de juros.. Mas, como registrado anteriormente, as restrições cadastrais e a maior seletividade na concessão inibiram o crédito. Isso certamente continuará e os agentes financeiros terão de fazer provisão para riscos operacionais.

Para a safra 2007/08, o quadro parece não mudar. Os agricultores encontram dificuldades na apresentação de garantias reais para realização dos empréstimos de investimentos. A tendência é deparar com um maior rigor na tomada de crédito.

Na previsão do MAPA, no Plano Agrícola 2007/08, anunciado em junho pelo governo federal, há R$ 60 bilhões, dos quais R$ 27 bilhões seriam aplicados pelos bancos privados e R$ 33 bilhões pelo Banco do Brasil. Já a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) estima a liberação de R$ 19,5 bilhões, uma cifra 3,72% acimada do ano passado.

Um ponto certo é que o modelo clássico de financiamento para a agricultura entra em discussão. A sua reformulação deve acompanhar a modernização do sistema financeiro e as práticas gerenciais do agronegócio. A matriz do crédito passa pela analise das cadeias produtivas e pela criação de um estatuto de micro e pequenas empresas no setor. As pessoas físicas perdem espaço na capacidade de tomada de recursos dentro das normas atuais do sistema nacional de crédito rural.

Nova orientação

Para evitar os pesados custos de armazenagem dos estoques públicos, o governo reorienta sua política de concessão de subsídios à comercialização das safras. O desafio é, a custos menores, apoiar a comercialização de maiores quantidades de produtos. Nos momento de crise, como

Fonte de recursos (R$ bilhões)	Safra 2005/06		Safra 2006/07	
	Programado	Aplicado	Programado	Aplicado
1. Custeio e comercialização (2+3)	33.200	36.870	41.400	39.523
2. Juros controlados	20.900	22.888	30.100	29.538
3. Juros livres	12.300	13.982	11.300	9.984
4. Investimento (5+6)	11.150	5.476	8.600	5.091
5. Programas do BNDES	8.550	3.300	6.100	2.896
6. Demais linhas e programas	2.600	2.176	2.500	2.195
7. Agricultura (1+4)	44.350	42.346	50.000	44.614
8. Agricultura familiar	9.000	7.036	10.000	7.723
9. Agricultura total (7+8)	53.350	49.382	60.000	52.337
10. Outros créditos	3.500	0,750	3.000	3.287
Total geral (9+10)	56.850	50.132	63.000	55.624

Fonte: MAPA (de julho a junho)

Brasil: programa de garantia de preços mínimos (milhões de toneladas)

Linha	2005	2006	2007*
PEP	2.150	9.149	1.336
Pepro	-	6.029	6.723
Prop	944,4	3.955	1.611
Opções	352	-	0,857
AGF	1.689	2.641	0,139
Total	5.135	21.774	9.671

Fonte: MAPA. (*) janeiro a julho

ocorreu nas safras 2004/05 e 2005/06, a pressão é forte para intervenções oficiais no mercado.

A tendência do governo é concentrar mais seus instrumentos de comercialização nas operações de equalizações de preços e deixar as aquisições diretas de produtos para segundo plano.

As despesas com a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) somaram R$ 2,3 bilhões em 2006, contra R$ 1,4 bilhão em 2005. Para 2007, as estimativas são de R$ 1,8 bilhão.

O emprego de instrumentos como a Aquisição do Governo Federal (AGF) era mais freqüente até 2005. Neste ano, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desembolsou R$ 1,21 bilhão na aplicação desses instrumentos, além de um custo adicional de R$ 192 milhões, para "carregar" um estoque de 5,135 milhões de toneladas.

Em 2006, o apoio do governo chegou a 21,7 milhões de toneladas, sendo que houve uma elevação de quatro vezes superior à ocorrida em 2005, embora os gastos crescessem 70%.

Tomado-se por base a forma da intervenção recente do governo na comercialização das safras, é possível verificar um crescente uso dos instrumentos de subsídio direto ao produtor, e não mais subvenções por meio de indústrias e t*radings* do agronegócio.

Do ponto de vista do custo e benefício, a nova estratégia do governo, de oferecer equalização dos preços, é positiva. No caso da soja, ano passado, foi fundamental para evitar uma crise de enorme proporção.

Nas três últimas safras, o capital de giro dos produtores diminuiu e o risco de tomada de crédito aumentou. O governo optou pelo subsídio às indústrias, que concedem o crédito aos agricultores com base nos preços futuros dos grãos e, no contrato, têm a garantia de recebimento em produto. É um modelo de menor risco operacional para os bancos receberem os pagamentos dos financiamentos recebidos. ■

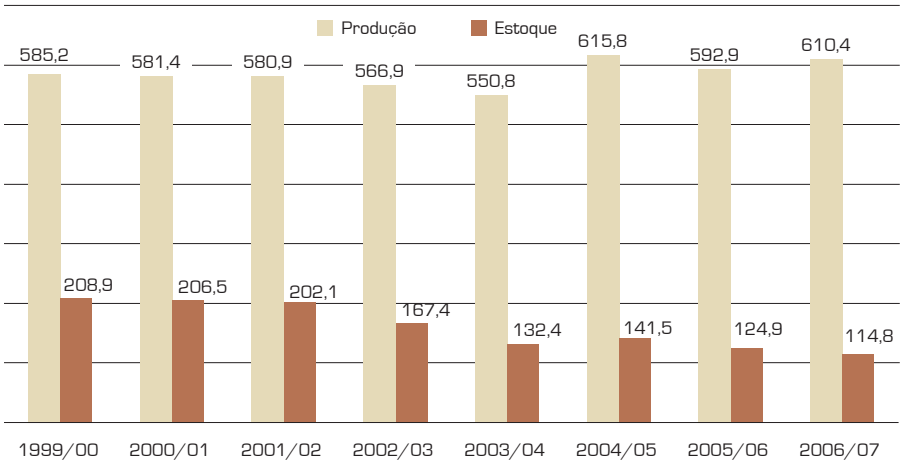
Trigo

Estoque em queda

DE ACORDO com o IBGE, a safra nacional de trigo ficou em apenas 2,4 milhões de toneladas em 2006, volume 47,1% menor que em 2005, quando foram colhidos 4,6 milhões. Foi a pior safra dos últimos cinco anos.

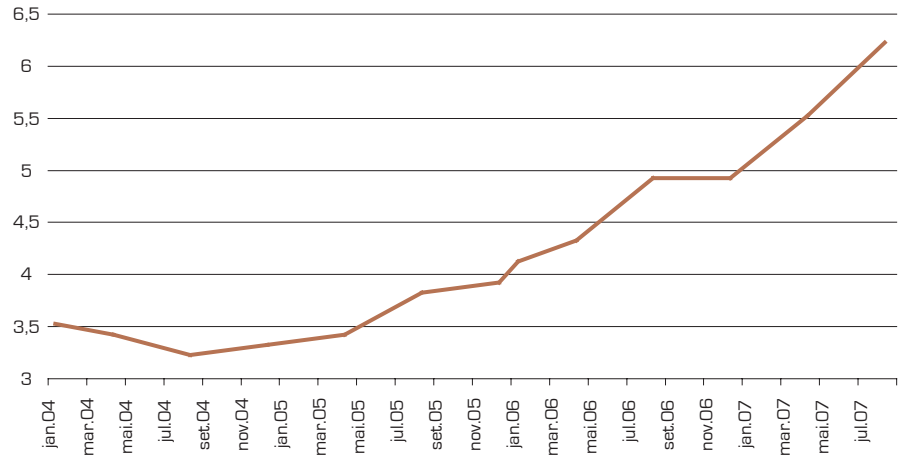
Descapitalizados, os produtores reduziram em 25,1% a área plantada. Além disso, a implantação das lavouras com baixa tecnologia e a ocorrência de geadas provocaram uma redução de 22,0% na produtividade média. A análise aponta que faltou chuva no início do plantio, geou no período de enchimento do grão e, quando chegou a época de colheita do restante, choveu em excesso, fato que prejudicou a qualidade e fez com que parte do trigo fosse destinada à ração animal.

Mundo: produção e estoque de trigo (milhões de t)



Fonte: USDA

Preço do trigo (US$ por bushel)



Fonte: Bolsa de Chicago

Outro fator negativo é a desvalorização do dólar, pois favorece o aumento das importações e contribui para a queda da área plantada. Números da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revelam o alto grau de dependência brasileira do trigo proveniente da Argentina: cerca de 70% do total embarcado pelo país vizinho têm como o destino o Brasil, volume que representa mais de 90% das importações de trigo nacionais.

O volume de trigo produzido no mercado mundial decresceu ao longo dos últimos anos, muito em razão dos problemas climáticos e dos elevados custos dos estoques de produtos agrícolas. Como o consumo permanece elevado, resulta nas altas cotações do produto. As cotações futuras do grão de trigo sofrem pressão de alta e resultam das preocupações em torno dos números da safra mundial do grão.

O relatório do USDA deste mês revisou para baixo os números da safra e do estoque mundiais para 2007/08. Para os EUA, as projeções, em milhões de tonelada, caíram na produção (de 58,19 para 57,53 milhões de t) e nos estoques finais (de 11,38 para 10,99 milhões de t).

Somente neste ano, os preços da tonelada do cereal no Paraná estão acima de R$ 550, mais que o preço mínimo de R$ 400 e 30% superiores aos de igual período do ano passado. Quando se compara com os custos de produção, os resultados esperados parecem ser bem positivos para a triticultura. Mas esse movimento de alta chega aos consumidores finais, com maiores preços no macarrão e no pão francês.

Para a safra 2007/07, a Conab confirma um incremento na produção de trigo de 3,84 milhões de toneladas, um aumento de 70% em relação à colheita passada.

Desde 2006, para priorizar os embarques de farinha e pré-misturas, em detrimento de trigo em grão, o governo argentino reduziu a tarifa de exportação de 20% para 10%. Para o trigo em grão a tarifa permaneceu em 20%, sendo que a sua exportação foi suspensa. A tática visa à venda externa de produto com maior valor agregado.

A Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) questiona representantes da cadeia produtiva da Argentina. O motivo está no fato de o país aumentar em 126% as exportações de trigo em grão para países da África, Ásia, Oriente Médio, América Central entre outros, enquanto nos embarques para o Brasil, o principal comprador do trigo argentino, o aumento foi de apenas 7,3%. Enquanto isso, a farinha de trigo continua a ser exportada.

O Brasil teve de recorrer a outros mercados fornecedores, cujos grãos estão sujeitos à Tarifa Externa Comum (TEC), de 10%, que não é cobrada nas transações entre os países do Mercosul. Os custos de transportes dessas operações são bem maiores. As expectativas para as importações nacionais são de 6,2 milhões de toneladas na temporada 2007/08. Desse total, cerca de 80% deverão vir da Argentina. O restante ficará dividido entre os EUA o Canadá, a Ucrânia e a Rússia. No atual ano comercial, de outubro de 2006 a setembro de 2007, as importações totalizaram 7,9 milhões de toneladas. ■

Leite

Por que o preço disparou?

Glauco Carvalho[1]
Paulo do Carmo Martins[1]

O SETOR lácteo brasileiro tem recebido destaque na mídia em função da elevação recente dos preços e os reflexos sobre a inflação. Aspectos conjunturais e estruturais levaram a esta elevação. No acumulado deste ano até julho, os preços de lácteos aumentaram 12 vezes mais que o custo de vida das famílias, medido pelo IPCA. Ou seja, enquanto a inflação subiu 2,3% os lácteos subiram 28,5%.

O leite pasteurizado foi o campeão de aumento, com alta de 44,6%. No âmbito histórico, no entanto, os consumidores brasileiros foram beneficiados pela adoção de inovações e procedimentos tecnológicos pelo setor produtivo, o que contribuiu para redução do preço real pago pelos consumidores. O presente artigo está dividido em duas partes: análise histórica de preços e produção no Brasil e análise conjuntural dos preços na cadeia produtiva.

1980 – 2006

No período de 1980 a 2006 a produção de leite nacional cresceu 131%, superando o crescimento tanto do Produto Interno Bruto – PIB, de 74%, quanto da população, de 51%. Nesse período os preços pagos aos produtores caíram continuamente, chegando em 2006 a 28% do praticado em 1980. Fenômeno similar ocorreu com os preços pagos pelos consumidores, que em 2006 foram 41% dos preços de 1980.

Crescimento da produção com queda de preços são reflexos diretos da incorporação de tecnologias produtivas e de gestão. Entre 1980 e 1989 o PIB e a produção cresceram, respectivamente, 22,3% e 26,3%. Nessa década, além das adversidades econômicas, havia forte interferência do governo, por meio de regulamentação, que usou o tabelamento dos preços com o propósito de controlar o Índice de Preços ao Consumidor, dado o elevado peso de leite e derivados neste indicador (cerca de 10% do grupo alimentação). Essa política desestimulou o desenvolvimento do setor lácteo. Ainda assim, em sete dos dez anos da década o leite apresentou crescimento anual acima do do PIB.

Nos primeiros anos da década de noventa a economia brasileira apresentou fraco desempenho, revertendo esse movimento entre 1993 e 1997, quando o PIB cresceu continuamente. Findo o tabelamento em 1991, instalou-se uma busca por melhoria de processos. Entre 1990 e 1999, a produção cresceu 37,0%, contra 19,3% do PIB. A redução acentuada da inflação, em 1994, provocou impacto positivo no consumo, aumentando a demanda por leite. Os produtores reagiram e a oferta de leite cresceu nos anos subseqüentes, com uma taxa recorde, em 1996, de 12,4%. O restante da década apresentou taxas baixas de crescimento da produção de leite, motivado pela sobrevalorização do real, que reduziu a competitividade da produção nacional.

Antidumping

Em 2001, foi implantado uma política *antidumping*, que criou barreiras adicionais à importação de leite, além de ficar acertado com países do Mercosul um preço mínimo para as suas exportações ao Brasil. Este ganho institucional foi vital para estimular a produção, sendo uma das explicações para o excepcional desempenho do setor ao longo desse milênio, em que o real voltou a ser sobrevalorizado. Entre 2001 e 2006 o leite apresentou taxas de crescimento superiores ao do PIB em todos os anos, acumulando crescimento de 35,0%, contra 19,4% do PIB.

Numa breve análise histórica verifica-se, portanto, que a atividade leiteira nacional demonstrou competitividade. Os indicadores apresentados não sustentam a afirmação recorrente de que leite não é um bom negócio. Caso contrário, não seria possível o Brasil superar a condição de um dos quatro maiores importadores mundiais para passar à condição de superavitário na balança comercial a partir de 2004, mesmo com as dificuldades geradas pelo real se valorizando e os preços artificialmente baixos vigentes no mercado internacional.

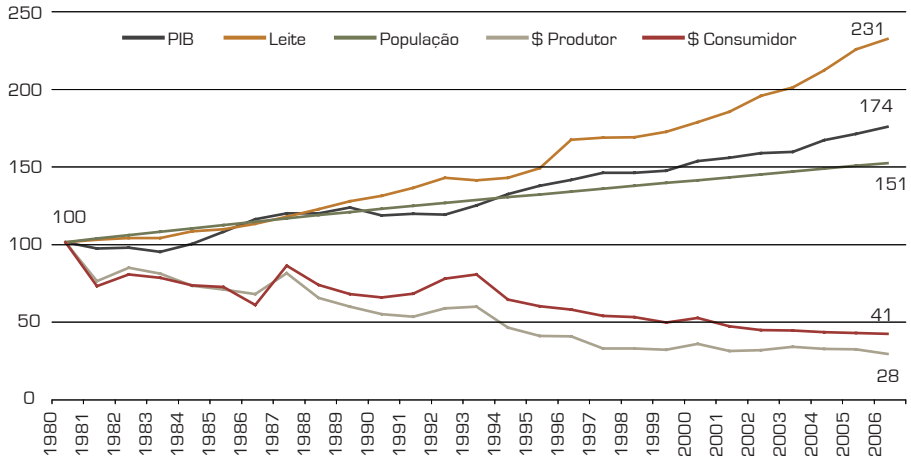
Útimos 12 meses

A inflação de julho de 2007, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,24%. O grupo composto por leite e derivados destacou-se com alta de 11,31%. Ou seja, os lácteos aumentaram 26 vezes mais que o custo de vida das famílias. Entre os lácteos, a maior elevação foi verificada no leite pasteurizado, com aumento de 15,77%.

No mercado internacional os preços estão com uma tendência de alta ainda mais nítida. Esses aumentos recordes de preços dos produtos lácteos devem-se tanto a fatores de curto prazo quanto a causas estruturais. A essência dos aumentos de preços é fato de a oferta não ter acompanhado a demanda mundial. O incremento robusto de renda na Rússia, nos países do Leste Europeu e nos países em desenvolvimento continua sendo o motor do crescimento da demanda.

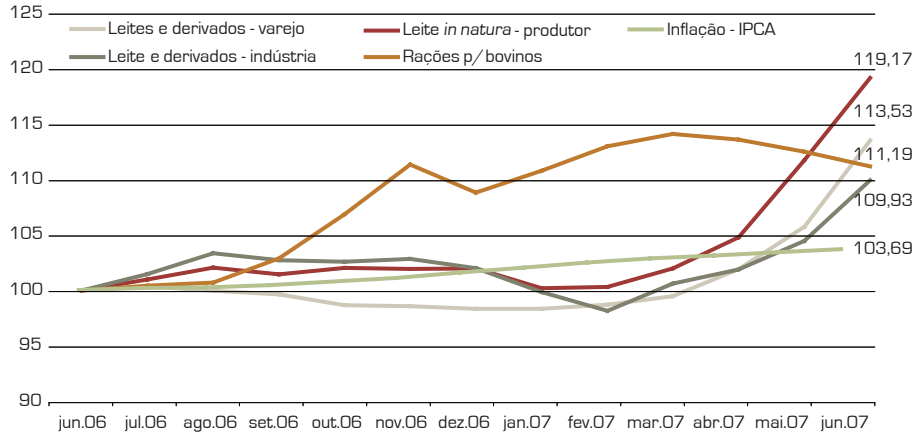
Pelo lado da oferta, as secas recorrentes na Austrália, a imposição de tarifas na exportação da Argentina e a suspensão temporária da exportação de leite em pó na Índia enxugou o mercado mundial de leite. O aumento nos preços dos grãos – usados na ração – após setembro de 2006 também tem prejudicado a rentabilidade dos produtores mais intensivos. Finalmente, a queda dos estoques públicos na União Européia (UE) e os cortes de subsídios praticados nas exportações da UE, tanto em termos de valor quanto

Brasil: índice do PIB, da produção de leite, da população e dos preços reais deflacionados pelo IGP-DI ao produtor e ao consumidor (base: dez/1980=100)



Fonte: Banco de Dados da Embrapa.

Brasil: índice de preços para leite e derivados, ração para bovinos e inflação (base: jun/2006 = 100)



Fonte: IBGE, FGV. Elaboração: Embrapa Gado de Leite

de quantidade também está limitando a disponibilidade de leite.

Custos em alta

No mercado brasileiro, a elevação de preços de insumos, o crescimento do consumo, motivado por uma melhoria da renda das famílias e o baixo incremento do volume de captação no início do ano, são variáveis que ajudam a explicar o aumento de preços.

No período de 12 meses até junho de 2007 verificou-se que o preço do leite ao produtor subiu 19,17% enquanto a ração, que representa parcela importante dos custos de produção, apresentou valorização de 11,19%. No mercado atacadista, os preços de leite e derivados em conjunto, tiveram alta de 9,93%. Já no varejo, a elevação foi de 13,53% enquanto a inflação ficou em 3,69% .

Do ponto de vista do produtor, o incremento dos preços da ração, na esteira da decisão do governo americano de estimular a produção de etanol via milho, foi absorvido pela alta recente dos preços do leite, o que evitou danos sobre sua rentabilidade.

Já no caso da indústria de laticínios, os preços de leite e derivados registraram valorização bem inferior em comparação ao preço pago ao produtor, o que indica aperto de margem bruta nesse elo da cadeia. Os produtos industriais que mais perderam na relação de troca com o leite ao produtor foram creme de leite, cujo preço caiu 3% no período, coalhadas e iogurtes que subiram apenas 2,3% e manteiga, com alta de 3,4%. O leite em pó foi o item menos afetado, pois subiu 18% e ficou 1,12 ponto percentual aquém do preço pago ao produtor.

O varejo, por sua vez, tem conseguido repassar para o consumidor final toda a alta de preços ocorrida no atacado, possibilitando, inclusive, alguma recuperação de margem bruta de comercialização.

Portanto, no período de 12 meses até junho de 2007 a indústria foi o elo da cadeia produtiva com maior dificuldade de repasse de preços, seja pelo poder de barganha dos varejistas ou pela competição setorial. Além disso, teve seus custos majorados pela dificuldade de abastecimento de matéria-prima, no caso o leite *in natura*.

Os atuais repasses de preços ao consumidor estão sendo suportados pelo crescimento da renda das famílias. O rendimento real médio no acumulado em 12 meses até junho cresceu 4,1%. A massa real de salário, que corresponde ao produto do rendimento real médio e do total de ocupados, cresceu cerca de 7% no mesmo período, o que vem beneficiando o consumo de lácteos e pode contribuir para alguma recuperação de margem ao longo da cadeia produtiva.

Por fim, a balança comercial do setor lácteo apresentou em junho o quarto superávit do ano de 2007, registrando um saldo de US$ 5,2 milhões. No acumulado do ano, as exportações somaram US$ 91,5 milhões e o saldo US$ 22,4 milhões, que corresponde a um crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior de 3% e 14%, respectivamente. A restrição mundial na oferta de leite e seus reflexos sobre os preços internacionais têm contribuído para as exportações do setor, atenuando as perdas relativas à valorização do real ante o dólar. ■

1 Economistas e pesquisadores da Embrapa Gado de Leite

Pecuária

Cresce o confinamento

Maria Gabriela O Tonini[1]
Fabiano R. Tito Rosa[2]
Alcides de Moura Torres Jr[3]

A METODOLOGIA para estimar anualmente a quantidade de animais confinados no Brasil prevê, entre diversos parâmetros:

- O cruzamento de dados da demanda de alimentos concentrados e de suplementos minerais para a engorda intensiva;
- Alojamento de animais em boitéis;
- Demanda de bois magros;
- Opinião de produtores e compradores de gado;
- Venda de animais a termo;
- Respostas de questionários.

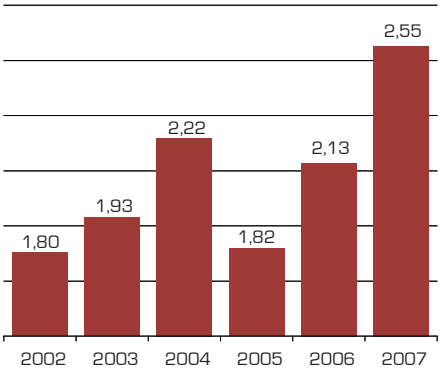
Neste ano, a estimativa é de que o número de animais confinados cresça 19,94%, em relação a 2006, acima de 2,5 milhões de cabeças. Tomando-se como base que o rebanho bovino brasileiro gira em torno de 200 milhões de cabeças, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil confina 1,2% dele.

Mesmo com o aumento do custo de produção, a perspectiva de preços favoráveis e a necessidade de aumentar a produtividade resultaram em crescimento dos investimentos em confinamento.

Na média, de julho de 2006 a junho de 2007, os preços dos alimentos concentrados subiram aproximadamente 19,05%,, enquanto os animais de reposição e o boi magro ficaram mais caros, respectivamente, 18% e 13%. Algumas categorias do rebanho subiram mais de 30%.

O estado de Goiás consolida sua posição no sistema de confinamento do Brasil. A produção goiana de grãos é responsável por 8,5% da total do País, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em função dessa característica, os preços dos concentrados no estado variaram menos que em outras regiões. O aumento médio foi de 9,4%.

Brasil: bovinos confinados (milhões de cabeças)



Fonte: Scot Consultoria

O crescimento das exportações de carne bovina e os investimentos em unidades frigoríficas também influenciaram no aumento do rebanho confinado no estado. Nos primeiros seis meses do ano, as exportações de Goiás, em faturamento, cresceram 159% comparadas com as de 2005 para 2006, e 26% com as de 2006 para 2007. Com o aumento da demanda dos frigoríficos por bois, cresce a quantidade de gado confinado tanto de produtores como por parte dos próprios frigoríficos.

Depois de Goiás, a maior expansão do confinamento aconteceu em Mato Grosso. A oferta abundante de concentrados (resíduos da agricultura) e os investimentos na construção ou ampliação de unidades frigoríficas, também foram os motivos da expansão. As exportações de Mato Grosso também cresceram 50% no primeiro semestre deste ano, contra igual período de 2005. Entre 2005 e 2006, essa expansão foi de 130%.

Apesar do significativo aumento da quantidade de animais confinados de 2006 para 2007, Mato Grosso detém um rebanho confinado inferior aos de Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Em São Paulo, Minas Gerais e Paraná o crescimento do número de cabeças confinadas será menos significativo neste ano. Em Mato Grosso do Sul a expectativa é de crescimento moderado, acima do de São Paulo e Paraná, e menor que o crescimento de Minas Gerais. O embargo da União Européia à carne do estado foi prejudicial. É preciso considerar também a valorização dos animais de reposição, a dificuldade de compra, o aumento do preço dos concentrados e a tradição do estado em semiconfinar.

Os confinadores de grande porte são os responsáveis pelo aumento do volume de animais terminados no cocho. Com custo fixo elevado, não é recomendável deixar ociosa a estrutura instalada. Os invernistas, com sistema de gestão profissional, investem para maximizar a escala da produção.

A quantidade de animais confinados poderia ter sido maior não fosse a dificuldade em comprar bois magros em condições ideais para a terminação no cocho. Muitos confinadores atrasaram a tomada de decisão e não conseguiram animais em quantidade e com qualidade. Uma parcela optou pela compra de fêmeas, para fechar a quantidade de animais pretendida.

Outro fator de influência é o "boi a termo", que consiste na venda antecipada dos animais, com entrega física futura para o frigorífico, a preços fixados ou não. Quem faz a "trava" na Bolsa é o frigorífico. Do lado do comprador, a aquisição antecipada é interessante, principalmente com entrega prevista para a entressafra, quando o volume de matéria-prima diminui. É *hedge* de matéria-prima.

Pelo lado do produtor, a venda antecipada é positiva, pois garante preço e destino certo da mercadoria. Por isso, o confinamento, com "prazo de validade", exige planejamento. Assim, as negociações de animais a termo praticamente se restringem a animais confinados.

O volume de animais negociados a termo em 2007 deve ser maior que em 2006. A partir do final de maio, a posição vendida na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) por parte de "Pessoas Jurídicas Não-Financeiras" – classe em que se encontram os frigoríficos (mas não somente eles) – começou a aumentar. Isso indica *hedge* de venda por parte de quem deveria fazer *hedge* de compra. Talvez seja por causa do "boi a termo". O aumento do volume de compra por meio desse tipo de negócio é confirmado pelas indústrias, mas que não informam a quantidade de contratos celebrados.

Considerando o desfrute brasileiro em torno de 22%, o Brasil abate cerca de 45 milhões de cabeças por ano, portanto, para 2007, estima-se que 5,6% do gado abatido provenham de terminação em confinamento.

Apesar das boas expectativas de preços para a pecuária ao longo dos próximos anos, os animais confinados podem influir negativamente no mercado do boi gordo, principalmente se houver concentração de venda num espaço curto de tempo.

A distribuição planejada das vendas ao longo da entressafra, estratégia que já vem sendo adotada por boa parte dos produtores, pode afastar essa possibilidade. ■

1 médica veterinária
2 zootecnista
3 engenheiro agrônomo

Redução da oferta de boi eleva preço

Desde 2004, os pecuaristas amargam aumentos de custos e apertos nas margens de comercialização, diante da estabilidade de preços no mercado bovino. Para os frigoríficos, um cenário positivo que garantiu competitividade nas vendas internas e externas.

Para a presente entressafra, o quadro mostra outra realidade, com a redução na oferta de boi gordo para abate. A disponibilidade de boi é menor como resultado do longo período de abate de matrizes e falta de investimento pelos criadores.

Diante do abate de matrizes nos últimos anos, o mercado sente no presente a menor oferta e a subida de preços do bezerro. No interior de São Paulo saiu do intervalo de R$ 360,00 a R$ 380,00 no ano passado para R$ 460,00 a R$ 480,00. Um aumento em torno de 30%.

As análises do ponto de vista conjuntural apontam no sentido da mudança para uma fase de alta, a prevalecer durante pelo menos um ciclo de produção do animal. Mas existem fatores estruturais. A pecuária de corte nacional não é muito uniforme na questão tecnológica. Há espaço para ganho de produtividade e diminuição na idade de abate do animal. A subida de preço estimula o criador a investir na produção e o resultado aparece mais rápido.

Com a matéria-prima mais cara, os frigoríficos terão de compensar o fato com ganhos de eficiência em suas operações e nas vendas de produtos. É um teste para a escala das unidades maiores e nos programas de *marketing* com diversidade de cortes, em especial daqueles de valores menores.

A tendência é dedicar maiores esforços nas entregas externas, em que a rentabilidade é maior. Se a economia mundial não sentir os efeitos das turbulências nos mercados financeiros, a demanda pelo produto nacional continuará firme. Em julho último, o preço médio da tonelada, na exportação de carne bovina subiu para US$ 2.691, contra UIS$ 2.588 em junho e US$ 2.520 em julho de 2006.

Por sua vez, com a entrada de animais de confinamento, o mercado começa a operar com menor nervosismo. O importante é entender que a recente subida de preço tem um componente estrutural, relacionado ao maior abate de fêmeas. Em condições normais, o preço do boi continuará bem acima dos praticados nos últimos anos. Imaginar uma retração no consumo é improvável, diante da expectativa de crescimento da economia nacional neste ano.

Índia

Desafios da agricultura

Saulo Nogueira[1]

A ÍNDIA tem recebido muita atenção do mundo pelo seu crescimento econômico rápido, comparável ao da China, e pelo surgimento do setor de informática, que presta serviços de *outsourcing* nos quatro cantos do mundo. O país merece muita atenção pelo crescimento de seu setor industrial e o desenvolvimento da área de *software*, além do em certas áreas sociais. Na agricultura, porém, há um problema estrutural, que está se agravando com o elevado crescimento econômico nacional.

O crescimento econômico da Índia tem aumentado a renda *per capita* da população de uma forma geral, especialmente nas zonas urbanas. O estilo de vida nessas áreas está levando as pessoas a adotarem novos hábitos de consumo, pois a vida urbana apressada limita o tempo dedicado à preparação de alimentos, entre outras razões. Os indianos têm uma tradição única e admirável de alimentação. Tirando os alimentos não perecíveis, como os grãos, eles compram a quantidade certa para o consumo diário, descartando o resto, em vez de congelá-lo para consumo futuro. Eles valorizam o alimento fresco, sem conservantes, e preparado da forma tradicional, isto é, na panela, em vez de forno de microondas. Ademais, eles compram seus alimentos em pequenas lojas de esquina. Praticamente não existem supermercados na Índia. Contudo, essa tradição choca-se com o ritmo da vida urbana, em que sobra menos tempo para a preparação das refeições, especialmente nos lares onde o marido e a mulher trabalham. Portanto, a demanda por alimentos diferenciados cresce e, assim, surgem as seguintes perguntas: a agricultura indiana está apta/ preparada para fornecer esses alimentos? Quais os fatores que impedem o desenvolvimento do setor? O governo indiano está disposto a permitir a importação de alimentos diferenciados para suprir a demanda urbana?

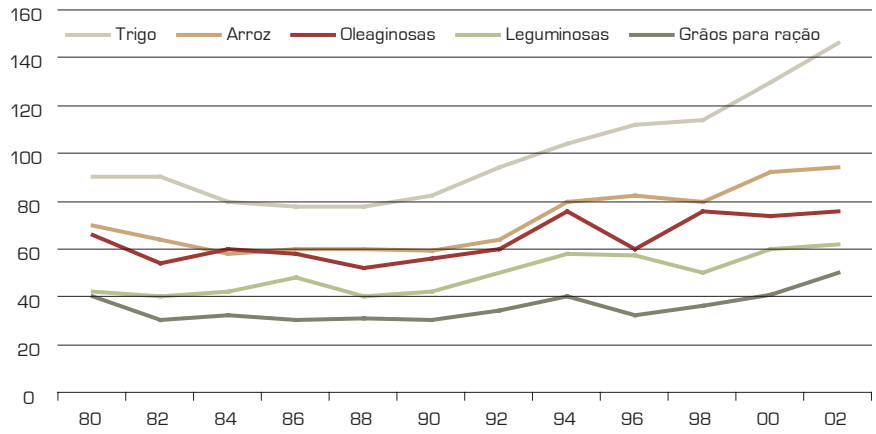
O setor agrícola do país não tem sido tema prioritário na pauta de modernização do governo indiano, como ocorre com as leis trabalhistas e comerciais, as privatizações e a abertura comercial. Os políticos conseguiram manter o raciocínio das últimas décadas, que é, por representar em torno de 700 milhões de indianos, o setor precisa de uma proteção especial contra o risco de uma invasão de importações subsidiadas que levariam à falência e à fome os fazendeiros. Isso permitiu a manutenção de políticas de proteção comercial e de subsídio de preços e insumos, como água, eletricidade, sementes e fertilizantes, que têm mantido o setor bastante distorcido, especialmente no que se refere às *commodities* como trigo e arroz. O gráfico mostra como o suporte de preço é mais elevado para o trigo e arroz que para as outras *commodities*. Essas medidas tornaram mais lucrativo plantar trigo e arroz que feijão e lentilha, ao ponto da produção de feijão ter se tornado insuficiente para a demanda nacional, mesmo sendo um item importante da dieta indiana.

A despeito dos problemas causados pelos subsídios, os gastos têm aumentando, nos últimos anos, de 80 milhões de rupias em 1996 para 260 milhões em 2004. O subsídio para o desenvolvimento e a distribuição de sementes melhoradas e mais produtivas tem-se concentrado no trigo e no arroz. Isso ajudou a aumentar a produção nacional dos itens básicos das refeições indianas. Porém, pouca atenção foi dada aos outros alimentos. O resultado é uma agricultura incapaz de fornecer alimentos diferenciados, como legumes não tradicionais e oleaginosas. O subsídio aos fertilizantes proporcionou o seu uso indiscriminado por parte dos agricultores indianos, o que contribuiu para os níveis elevados de diversos poluentes químicos nos aqüíferos. Em vários estados indianos, a água, que está se tornando cada vez mais escassa na Índia, é classificada como imprópria para consumo, e isso restringe o seu uso.

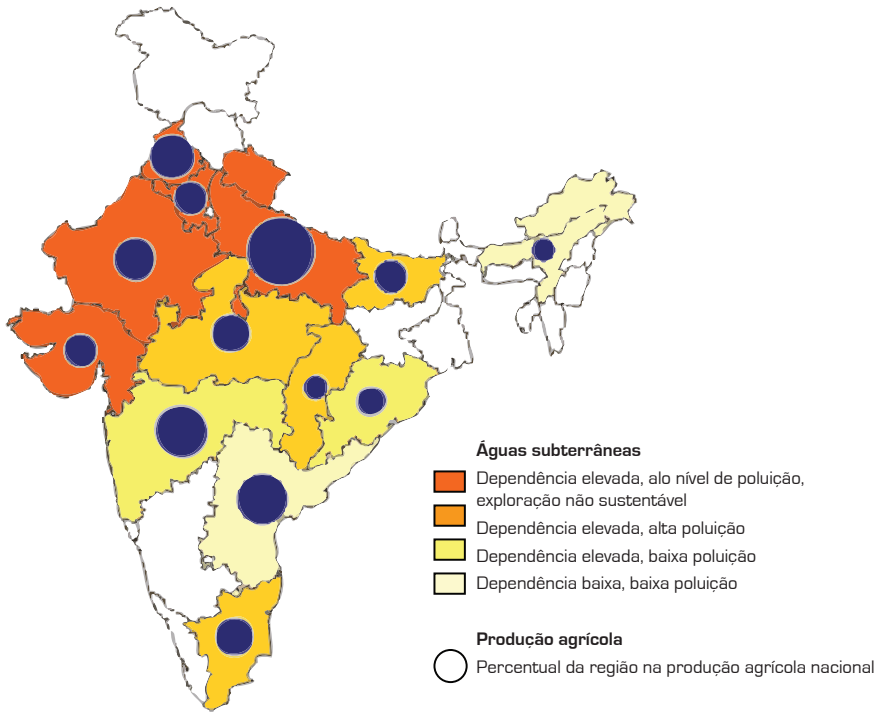
Além disso, os subsídios para o uso de água de irrigação levaram ao abuso do recurso ao ponto de a extração dos aqüíferos ter sido feita por muitos fazendeiros sem controle algum do estado. O nível de água desses aqüíferos tem caído constantemente nos últimos anos e, em alguns estados, houve extração de até 80% do potencial. O mapa ilustrado do estudo que preparamos para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Dinâmica do setor de agronegócio da Índia e do Mercosul: diferenças, tendências e potencial complementaridade*, mostra que esses estados também são grande produtores agrícolas, mas estão pondo em risco o futuro da produção estadual e nacional.

Assim como as nossas rodovias, as estradas indianas sofrem com a falta de manutenção, e o transporte de cargas é bastante complicado. Existe legislação federal proibindo a venda de produtos agrícolas fora do estado onde foram plantados. Com isso, as alfândegas interestaduais, que cobram taxas e impostos pesados dos caminhoneiros que carregam alimentos, se sentem respaldadas. As autoridades rodoviárias podem parar caminhões de carga aleatoriamente, exigindo inúmeros documentos e comprovantes de pagamento de impostos e taxas rodoviárias. Além disso, as vendas no atacado são permitidas somente nos mercados regulamentados, os Agricultural Produce Marketing Committees – APCM. Estes funcionam como mercado de monopólio controlado pelo governo, que cobram taxas para cada transação, limitando assim as opções dos agricultores em relação aos locais de venda de seus produtos.

Faturamento das culturas com programas de suporte de preço (100 rupias/ha)



Fonte: Connell P., Hirad S. H. and Jahan, N. (2004)[2]



Fonte: Source: Ministry of Agriculture, Government of India; Ministry of Water Resources, Government of India; FAO – AQUASTAT

Por essas razões, a indústria do agronegócio não cresceu na Índia. As empresas não gostam de investir em um setor com tamanhos problemas e ditado por políticas estaduais e federais restritivas à produção e à venda de produtos agrícolas. Algumas multinacionais tomaram a iniciativa e começaram a investir na infraestrutura da cadeia produtiva, tanto da fazenda, quanto do porto e da indústria de alimentos. Assim, as empresas conseguem garantir uma logística mais confiável para a produção agrícola chegar aos centros de processamento de alimentos, ou para o fornecimento de alimentos importados para lojas e supermercados.

Certos grupos indianos, como a National Commission on Farmers (NCF), estão fazendo campanha para convencer o governo indiano a mudar essas políticas e permitir que o setor venha a se estruturar com mais capital privado, investimentos estrangeiros e a desregulamentação do mercado de alimentos. Pequenos passos estão sendo dados nessa direção, como a mudança de legislação para atrair investimentos estrangeiros no setor de processamento de alimentos ou a eliminação do limite de tamanho das fazendas, assim como a elaboração de leis referentes à formação de cooperativas, algo raro na Índia. De qualquer modo, muitas mudanças legislativas e estruturais precisam ser feitas até o setor do agronegócio chegar ao nível de integração entre fazenda, indústria de processamento de alimentos e uma rede de varejo equipada para vender produtos congelados e diferenciados.

A Índia tem ultrapassado outros países no desenvolvimento econômico, porém esqueceu de atualizar suas políticas agrícolas, deixando o setor com uma infra-estrutura precária, com políticas onerosas que concentram a produção em poucos grãos e mercado controlado pelo governo. Em resumo, os riscos para os atores desse setor são elevados. A Índia está em fase de mudanças e tem muito que aprender com as experiências de outros países que já passaram por essa etapa. Portanto, existem áreas de cooperação entre o Brasil e a Índia, como o intercâmbio entre delegações de especialistas, técnicos e políticos. O Brasil poderia mostrar as suas experiências em tecnologia agrícola, desregulamentação e abertura comercial do setor.

A demanda crescente por alimentos diferenciados na Índia aponta para a necessidade de importar certos alimentos que não podem ser fornecidos pela agricultura nacional. Com isso, surgem oportunidades para as exportações brasileiras. No estudo para o BID, em elaboração pelo Icone, identificamos que em 2020 a Índia precisará importar anualmente:

- entre 2 e 6 milhões de toneladas de oleaginosas, das quais uma parcela é óleo de soja;
- entre 500 mil e 3 milhões de toneladas de carne de frango. ■

1 Pesquisador sênior do Icone
2 Connell P., Hirad S. H. & Jahan, N. Indian Agriculture: trends, trade and policy reform. Australian Commodities Vol.11 no.4 – ABARE, 2004

Café

Para onde vai o Funcafé?

EXISTE UMA rusga antiga e latente na cadeia produtiva do café. Uma queda de braço bem pontual e localizada que desabrocha e fica camuflada ao longo tempo: qual será o destino dos recursos do Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira)?

Os produtores sopram a favor de aplicá-los nos leilões de Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) e em contratos de opções de venda públicas de café. Em contraposição, as indústrias e exportadores pleiteiam a sua distribuição nos outros elos da cadeia.

Os recursos do Funcafé – estabelecido em 1986 – tiveram origem em cotas arrecadadas nas exportações de café. No final de 1989, com a extinção das cotas, os recursos passaram a ser obtidos a partir das vendas dos estoques de café do governo.

Orçamento do Funcafé em 2008 (R$ milhões)

Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro-Café)	300
Opções de Venda	750
Custeio, colheita, estocagem e pré-comercialização	1.411
Equalização de juros	60
Promoção no mercado interno e externo	13
Pesquisa e desenvolvimento.	12
Total	2.561

Fonte: Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC)

Assim como ocorre com os outros produtos agrícolas, as indústrias e os exportadores afirmam não serem contra a garantia de um preço mínimo ao produtor, quando as cotações estão abaixo dos custos de produção, **por meio** dos leilões de Pepro. A alegação é de que a União deveria ser a fonte dos recursos do Pepro.

Com o papel de estimular os produtores a investir em inovação e aumento de produtividade, o Funcafé tem um papel maior na formulação da política do café, a partir de três instrumentos: Pepro, opções de venda e financiamentos.

Essas medidas apoiarão o produtor durante um ciclo de baixa de preços. A expectativa é de que a colheita nesta safra 2007/08 fique em 32,06 milhões de sacas de 60 quilos, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Em 2008/09, a produção deve crescer para algo entre 45 milhões e 50 milhões de sacas, em função da característica bianual da planta.

Nos últimos meses, os preços do café sinalizam recuperação, uma vez que a relação de produção e consumo segue apertada. A cafeicultura passou por uma das suas piores crises entre 2000 e 2001, por conta da superoferta global. À época, foi implantado o programa de retenção dos estoques de café, considerado um tiro no pé dos produtores, uma vez que os preços não se recuperaram e o País reduziu sua participação no mercado global. ■

Padrões mínimos de qualidade

Até o final deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deve concluir a elaboração da instrução normativa que estabelecerá os padrões mínimos de identidade e de qualidade para a classificação do café torrado e moído comercializado no mercado interno e importado de outros países.

Elaborada pelo Departamento de Café (Dcaf/MAPA), Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Dipov/MAPA) e Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), quando concluída, a norma:

- **Será submetida à consulta pública por 60 dias;**
- **Tornará obrigatória a classificação do café oferecido ao consumidor brasileiro;**
- **Priorizará a avaliação da qualidade da bebida.**

Há algum tempo, a indústria esperava por essa providência. Isso reforçará o trabalho da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) que, desde 2004, desenvolve o Programa de Qualidade do Café (PQC).

O crescimento do mercado interno de café fará o Brasil alcançar a meta de consumo de 21 milhões de sacas de 60 quilos até 2010. De janeiro a junho deste ano, o consumo interno de café ultrapassou os 17 milhões de sacas, com crescimento médio de 79 mil sacos por mês. O volume consumido no acumulado do ano representa 53% da safra do grão, ou seja, mais da metade do que produzimos. O Brasil absorve sozinho 39% de todo o café consumido por todos os países da Europa, incluindo os do Leste Europeu.

Maior produtor e exportador do grão, o consumo *per capita* brasileiro, de 5,52 quilos por habitante/ano, já é equivalente ao da Alemanha, um dos maiores compradores do produto do mundo. O consumo interno no Brasil corresponde a 55% do volume total de café consumido por todos os países produtores do grão, segundo o relatório *Indicadores da Indústria de Café no Brasil – 2007*, elaborado pela Abic.

Madeira

A indústria de painéis

Carlos José Caetano Bacha[1]
Ricardo Brugnaro[2]
Guilherme de Barros Camargo Filho[3]

OS PAINÉIS à base de madeira são objetos na forma retangular – com diferentes larguras, espessuras e comprimentos – constituídos de derivados de madeira e outros materiais lignocelulósicos, de fibras vegetais, partículas, lascas, ou lâminas e que são aglutinados com o uso de resinas sintéticas.

Evolução da produção e exportação

A produção mundial de compensado e de outros painéis, como chapas de fibra e aglomerado, prosperou com o desenvolvimento das resinas sintéticas na década de 1950. Em 2005, chegou a cerca de 235 milhões de metros cúbicos, contra apenas 101 milhões de metros cúbicos em 1980, com uma taxa geométrica de crescimento anual de 3,4%. No mesmo período, as taxas geométricas de crescimento por tipo de painéis foram distintas, sendo de 3,1% ao ano na produção de lâminas, 4,1% ao ano na produção de aglomerados e 1,9% ao ano na produção de compensado.

A produção mundial de *Medium Density Fiberboard* (MDF) também teve um rápido crescimento, com taxa geométrica de crescimento de 18,4% ao ano no período entre 1995 e 2005.

Entre os principais países produtores de painéis à base de madeira, a China, os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha, o Brasil e a Rússia foram responsáveis por aproximadamente 59,4% da produção em 2005. A China, maior produtora, foi responsável por cerca de 19% da produção mundial.

No Brasil, houve aumento da produção de painéis à base de madeira entre 1980

Foto: Mariani Malinowski

Tipos de painéis

1. Lâminas
Insumos para a fabricação e revestimento de painéis, em especial de compensados

2. Compensados (*plywood*)

2.1. Contraplacados, são obtidos pela colagem de lâminas de madeira sobrepostas, com as fibras cruzadas perpendicularmente, formando painéis de grande resistência física e mecânica. A produção é feita de acordo com duas principais especificações: uso interno (*moisture resistent*), com colagem à base de resina de uréia-formol; e uso externo (*boilling water proof*), com colagem à base de resina de fenol-formol.

2.2. Sarrafeado (*block board*), possui miolo composto pela colagem de sarrafos, em vez de lâminas de madeira, com aplicação na fabricação de móveis, embalagens, em formas de concreto na construção civil, entre outros.

3. Painéis de aglomerado:
Obtidos a partir de partículas de madeira ou outros materiais aglutinados por meio de resina (uréia-formaldeído e, também, o fenol-formaldeído) e, em seguida, submetidos a um ciclo de temperatura e pressão. As principais fontes de matéria-primas são os resíduos industriais, resíduos de exploração florestal, madeiras de qualidade inferior não industrializável de outra forma, madeira proveniente de florestas plantadas e reciclagem de madeira sem utilização. Pode ser pintado ou revestido com vários tipos de materiais, entre outros os papéis impregnados com resinas melamínicas, papéis envernizáveis e lâminas de madeira natural. Usado na indústria moveleira e na produção de caixas acústicas e gabinetes de televisão, bem como, de forma secundária, na indústria da construção civil.

4. Chapas de fibras
Obtidas a partir de um intenso desfibramento dos cavacos de madeira, resultando em uma placa rígida e homogênea.

4.1. O *Hardboard* é popularmente conhecido como "chapa de fibra dura". A madeira desfibrada é aglutinada com resina, uréia e formol, prensada termodinamicamente e com densidade superior a 0,80g/cm³. Este produto é considerado como substituto do compensado. Tem aplicação prática na construção civil, indústria automobilística e indústria moveleira.

4.2. O MDF (*Medium Density Fiberboard*) é produzido a partir de fibras de madeira, aglutinadas com resinas sintéticas e pela ação conjunta de temperatura e pressão. Ele apresenta densidade em torno de 0,70g/cm³. Esta densidade é menor que a do *Hardboard* e maior que a do painel aglomerado. Devido à homogeneidade, proporcionada pela distribuição uniforme das fibras, o MDF permite envernizamento, pinturas em geral ou revestimentos com papéis decorativos, lâminas de madeira ou PVC. O MDF tem uso crescente na indústria moveleira.

4.3. OSB (*Oriented Strand Fiberboard*) é produzida a partir de tiras de madeiras (*strands*), sendo que a camada interna pode ser disposta perpendicularmente às camadas externas. Sua densidade varia de 0,63 a 0,67 g/cm³ e é muita utilizada para construir paredes, forros, pisos, componentes de vigas estruturais e embalagens, por exemplo.

4.4. HDF (*High Density Fiberboard*) apresenta densidade de 0,95 kg/cm³, o que lhe uma grande solidez e uma excelente base para acabamento, tal como envernizamento e laqueamento. Pode ser usado na produção de pisos, rodapés, almofadas de portas, divisórias, batentes e peças torneadas, entre outros fins.

O OSB e HDF são pouco produzidos no Brasil, o primeiro pela Masisa, em Ponta Grossa, no Paraná, e o segundo pela Duratex, localizada em Botucatu, em São Paulo.

Fonte: FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*)

a 2005, que passou de 2,5 para 8,65 milhões de metros cúbicos. O crescimento de 246% no período não se fez no mesmo ritmo. Os crescimentos médios anuais foram de 1,7% de 1980 a 1989, 5,9% de 1990 a 1999, e de 9,3% de 2000 a 2005.

A participação brasileira na produção mundial também apresentou crescimento, de modo que o Brasil passou de 2,5% da produção mundial de todos os painéis à base de madeira em 1980 para 3,7% em 2005.

No período de 1996 a 2005, verificou-se a existência de uma diversidade no crescimento da produção brasileira entre os grupos de painéis, com destaque para o crescimento na produção de compensado, lâmina, aglomerado e, principalmente, MDF, que apresentaram, respectivamente, taxas geométricas anuais de crescimento 11,1%, 8,6%, 7,9% e 52% (o início da produção nacional de MDF foi em 1997).

Entre os principais países exportadores mundiais de painéis à base de madeira em 2004, os quatro maiores países detinham 42,6% do comércio. O Canadá lidera com 16,7%, seguido da Alemanha com 9%, da China com 8,7% e da Malásia com 8,2%.

As exportações brasileiras de todos os painéis à base de madeira totalizaram, em 2005, cerca de US$ 870 milhões, correspondentes a aproximadamente 3,4 milhões de metros cúbicos, respondendo por cerca de 4,2% das exportações mundiais. O crescimento em volume foi de aproximadamente 820% entre 1980 e 2005. A taxa geométrica de crescimento anual (em volume) foi de 7,9% para o período de 1980 a 1989, de 7,8% de 1990 a 1999, e de 21,3% de 2000 a 2005. As exportações de compensados, em 2005, representaram 74,9% do volume brasileiro.

A relação entre a exportação e produção de painéis à base de madeira evoluiu de 16% em 1980 para cerca de 34% em 2004 do total mundial. No Brasil, essa mesma relação, passou de 13% em 1980 para 40% em 2005. É uma demonstração da importância do mercado externo para a cadeia produtiva brasileira de painéis.

O volume total importado pelo Brasil de painéis à base de madeira tem sido relativamente baixo. Em 2005, foram importados aproximadamente 215 mil metros cúbicos de painéis. A maior parte dessas importações é de MDF.

A importação brasileira de painéis oscilou bastante durante o período de 1980 a 2005. Enquanto houve queda a uma taxa geométrica de 8,8% ao ano, no período de 1980 a 1992, de 1993 a 1997 apresentou uma taxa geométrica de crescimento anual de 69,2%. No período de 1998 a 2005, foi de 6,1%

Estrutura da indústria

A produção de compensado é pulverizada por mais de 200 firmas, com produção de 3,8 milhões de metros cúbicos em 2005. Existem dois grandes grupos, segundo o tipo de madeira utilizada e o nível tecnológico das empresas. O primeiro são as empresas com origem ou instalações no norte do Brasil, especializadas na produção do compensado de madeira tropical. O segundo, localizado principalmente na Região Sul, direcionado para o processamento de madeiras moles, provenientes de florestas plantadas.

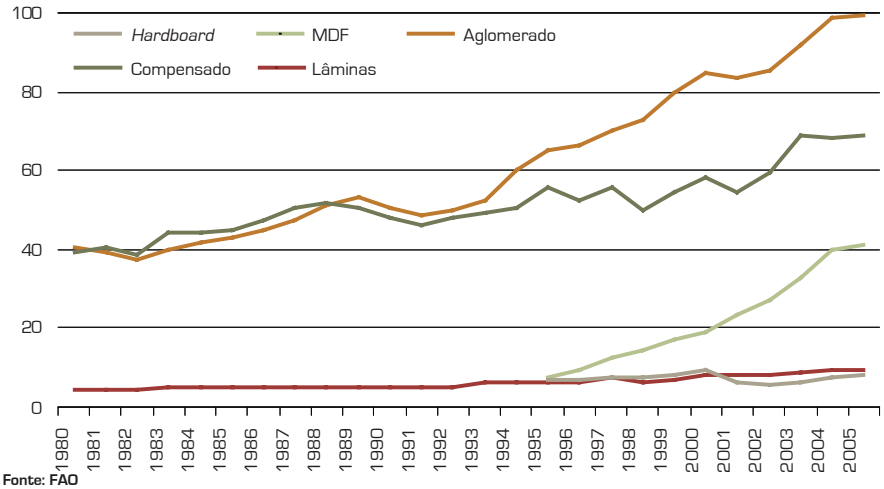
Uma das principais características da indústria de compensados é a inexistência de expressivas barreiras à entrada, especialmente em relação ao volume de investimento requerido. Também é interessante ressaltar algumas desvantagens relativas ao tamanho das empresas produtoras de compensado no Brasil, como a pequena capacidade de investimento, não alcance de determinados mercados por limitações na produção e não-ocorrência de sustentabilidade da base florestal, devido ao pequeno investimento das empresas na formação de florestas.

Aglomerados

Em 2005, o volume total produzido pela indústria de chapas de aglomerado foi de 2 milhões de metros cúbicos, realizado de forma concentrada por apenas 7 empresas.

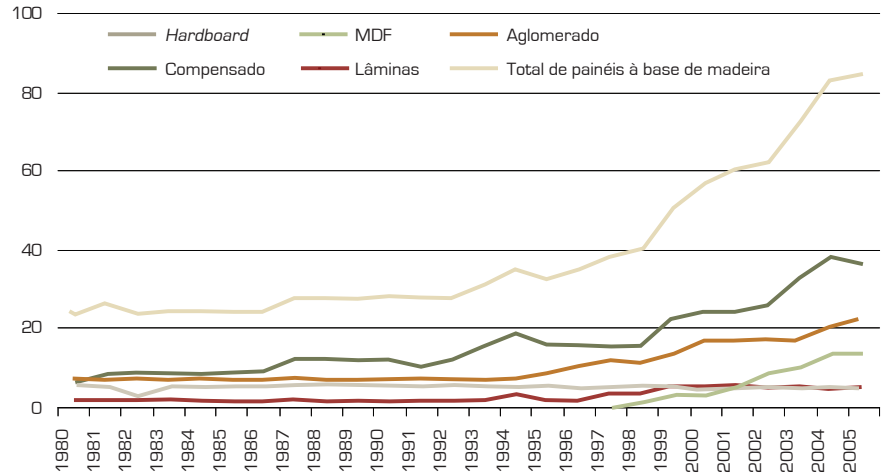
As quatro maiores empresas (Satipel, Berneck, Duratex e Eucatex) detêm 79,8% da capacidade produtiva de aglo-

Mundo: produção de painéis à base de madeira por tipo de painel (milhões de m³)



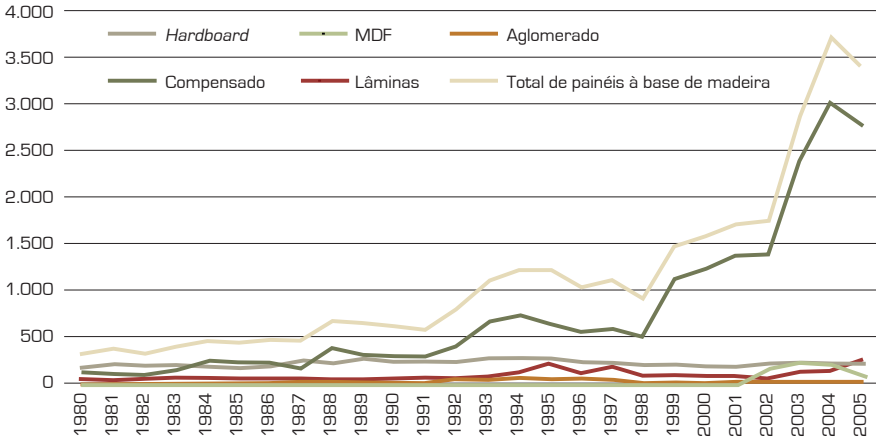
Fonte: FAO

Brasil: produção de painéis à base de madeira por tipo de painel (mil m³)



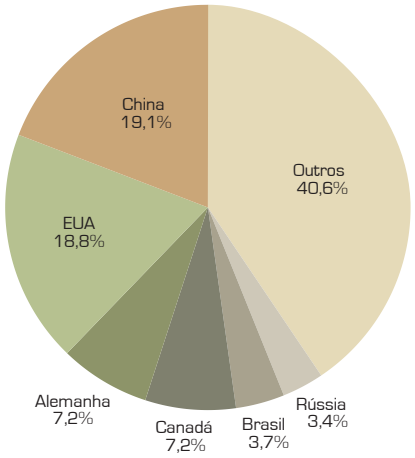
Fonte: FAO/Abipa

Brasil: exportação de painéis à base de madeira por tipo de painel (mil m³)



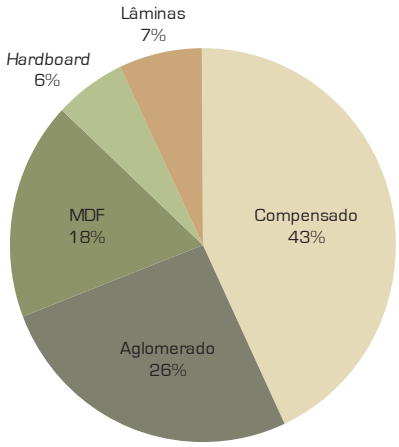
Fonte: FAO/Secex

Principais países produtores de painéis à base de madeira (2005)



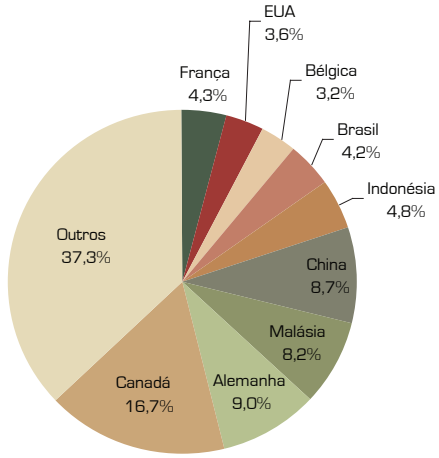
Fonte: FAO

Brasil: produção de painéis à base de madeira por tipo de painel (2005)



Nota: Total Produzido – 8,65 milhões de metros cúbicos
Fonte: FAO/Abipa

Principais países exportadores de painéis à base de madeira (2005)



Fonte: FAO

merado. Essa indústria pode ser caracterizada como um oligopólio homogêneo, pois os produtos elaborados não possuem atributos de grande diferenciação. Como as empresas são integradas desde a floresta até a produção dos painéis à base de madeira, há indícios da existência de barreiras à entrada de novas firmas.

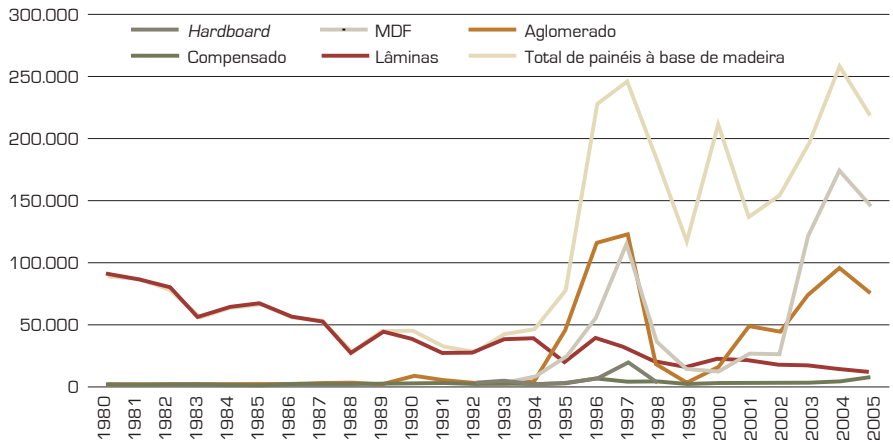
Hardboard (chapas de fibra dura)

Em 2005, a produção brasileira de painéis de chapas de fibra dura foi de 505 mil metros cúbicos. A Duratex e a Eucatex possuem, respectivamente, capacidades instaladas de 360 mil metros cúbicos/ano e 250 mil metros cúbicos/ano.

Painéis de MDF

A produção brasileira de MDF iniciou-se em 1997 e, em 2005, atingiu o volume de 1,4 milhão de metros cúbicos. Há no Brasil seis empresas. As quatro maiores (Duratex, Tafisa, Placas do Paraná e Masisa) detêm 87,5% da capacidade instalada. A indústria também é concentrada, caracterizando-se em um oligopólio homogêneo, sem muita diferenciação entre os produtos.

Brasil: importação de painéis à base de madeira por tipo de painel



Fonte: FAO/Secex

Painéis de OSB e HDF

A única empresa produtora de OSB (*Oriented Strand Fiberboard*) no Brasil é a Masisa, em Ponta Grossa, no Paraná, com capacidade anual de produção de 200 mil metros cúbicos. A produção do HDF (*High Density Fiberboard*) é bastante recente, realizada pela Duratex, cuja capacidade instalada é de aproximadamente 120 mil metros cúbicos/ano. Assim, verifica-se um monopólio na produção brasileira de OSB e HDF.

Considerações Finais

A indústria brasileira de painéis à base de madeira tem tido excelente crescimento desde a década de 90, em especial a partir de 1998, em função das exportações de compensados. Para manter esse desempenho, a indústria tem de preocupar-se com a qualidade dos produtos e com o fornecimento de matéria-prima, em especial para a produção de compensados. A existência de uma grande quantidade de pequenas empresas, obsoletas e usando madeira de matas nativas, situadas principalmente na Região Norte, é um sinal de fraqueza em termos de desempenho sustentado no futuro. ■

1 Professor Titular da Esalq/USP
2 Economista e Mestre em Economia Aplicada pela Esalq/USP
3 Economista pela Esalq/USP e funcionário da Nossa Caixa Nosso Banco

União Européia

Protecionismo novo, pratica antiga

AS BARREIRAS comerciais cresceram na União Européia durante o triênio 2004/05/06. Apesar das tentativas de liberalização econômica, as tarifas médias avançaram no período de 16,5% para 18,6%. Os limites quantitativos à importação, as chamadas imposições de cotas subiram para 91 produtos, acima dos 89 registrados em 2003.

O processo de elevação das tarifas agrícolas ocorreram por conta do aumento de equivalente *ad valorem*, uma tributação calculada com base no valor da mercadoria importada, apesar da queda de preços em algumas *commodities* agrícolas.

Para proteger 420 mil produtores de açúcar que produzem 2% do valor total da renda agrícola do bloco, a tarifa média aplicada vai até 85%. Um dos produtos mais beneficiados é a carne, cuja tarifa média é de 25%, mas em alguns casos chega a atingir 428%. Nos cereais, a tarifa média sobe para 55%, mas nos casos extremos fica em 116%. Os subsídios representam de 6% a 69% da renda do agricultor, conforme o produto.

Estudos da Organização Mundial do Comércio ficaram mais críticos em relação às políticas protecionistas européias. Para a entidade, a redução e a eliminação dessas práticas:

- beneficiariam os consumidores europeus;
- melhorariam a alocação dos recursos;
- contribuiriam para promover o comércio mundial.

Na União Européia, a contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto (PIB) e para o emprego é muito baixa, em torno de 2%. O *lobby* do setor é bem forte, quando comparado à área de serviços, com índices próximos de 77%. De qualquer forma, o setor emprega 9,7 milhões de pessoas e o tamanho total das unidades produtivas é de 15,8 milhões de hectares. Com a entrada de dez novos países no bloco, a área cultivada cresceu 30 milhões de hectares.

Alguns produtos ficaram fora da competição e possibilitam a geração de excedentes na produção, com as políticas de proteção na fronteira e de apoio interno. Essas medidas tornaram indispensáveis os subsídios para exportações dos volumes excedentes, principalmente na área de lácteos.

Como resultado de mudança no Plano Agrícola Comum (PAC) para diminuir a montnha de grãos e os rios de leites estocados devido à produção excedente, os agricultores tiveram reduções, entre 1986/87/88 e 2005:

- nas transferências recebidas, como fatia do PIB, de 2,7% a 1,14%;
- na proteção, em relação ao valor da produção, de 41% para 34%. O índice continua acima dos 30% praticados pelos países membros da Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE)

O apoio total aos produtores, considerado o subsídio que mais distorce o comércio, teve redução de 71,7% para 63,8% entre 2003 e 2005. Já os gastos com agricultura cresceram de 44,7 bilhões de euros para 51,4 bilhões de euros. Esse dispêndio representa em média 45% do orçamento da UE.

Mesmo com esse diagnóstico da OMC, a abertura do mercado agrícola europeu é um processo complicado. A França, na condição de maior beneficiária, recebe quase um quinto dos subsídios agrícolas, com uma posição mais política nas negocições internacionais, de pausa, e não de suspensão das conversas. A sugestão francesa é de um reexame de parâmetros para o meio ambiente, do papel dos países emergentes e das novas finalidades para as grandes produções agrícolas. A maior área agrícola do bloco está na França, seguida de Espanha e Alemanha.

Essa avaliação da política agrícola européia ocorre justamente no delicado momento pelo qual passa a Rodada Doha, na OMC. Uma discussão interessante, mas

União Européia: subsídios agrícolas (milhões de euros)

Produtos	2004	2005	2006
Carne	7.776	7.887	3.646
Lácteos	1.993	3.804	2.787
Frutas e vegetais	1.572	1.814	1.886
Açúcar	1.283	1.770	7.682
Vinhos	1.092	1.201	1.310
Tabaco	929	928	913
Têxteis	851	912	997
Arroz	180	469	294
Outros	29.084	30.891	31.897
Total	44.760	49.676	51.412

Fonte: OMC

em processo de superação. As barreiras de comércio perdem força em seu caráter tarifário, mas ganham em outros terrenos. Os acordos multilaterais serão discutidos sobre acordos assinados pelos membros na OMC, como:

- Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF ou SPS);
- Barreiras Técnicas sobre Comércio (TBT);
- Direito da Propriedade Intelectual no Comércio – TRIPS

Os negócios no mundo entram em nova fase das normas e dos regulamentos técnicos, dos selos e das certificações. A Agenda XXI sobre a *Triple Botton Line*, com seus vértices na produção, na responsabilidade social e no meio ambiente, colocam outros elementos no debate. ■

União Européia: agricultura em 2005 (milhões de euros)

Países	Valor da produção	Balança comercial
França	63.203	4.840
Itália	44.245	-806
Espanha	39.791	-1.692
Alemanha	38.583	-2.970
Reino Unido	20.707	-4.377
Holanda	20.965	-2.077
Polônia	15.057	348
Grécia	12.295	-3
Dinamarca	7.783	2.382
Bélgica	6.858	-1.736
Portugal	6.411	-678
Hungria	6.129	574
Irlanda	5.643	574
Áustria	5.417	442
Suécia	4.449	286
Republica Tcheca	3.419	-182

Fonte: OMC

Biodiesel I

Balanço da União Européia

A PRODUÇÃO de biocombustível segue em crescimento na UE. Em 2006, Alemanha, Itália e Reino Unido ficaram com 80% da produção comunitária.

No biodiesel, Alemanha, Reino Unido e França são os principais consumidores, na frente da Espanha, na quarta posição, com 11% do consumo do bloco.

No bioetanol, em 2006, a Alemanha foi o principal produtor, com 450.000 toneladas. A Espanha e a França tiveram uma produção de, respectivamente, 420.000 e 200.000 toneladas. Em 2007, os dois países podem alcançar uma produção de 800.000 toneladas.

Na UE, as previsões para 2008, em milhões de toneladas, apontam um aumento na produção de biodiesel de até 12,3, para um consumo de 11,5 mi, enquanto no bioetanol a produção será de 3,6 mi e o consumo de 4,0 milhões.

A iniciativa de que os biocombustíveis representem 10% do consumo europeu de combustíveis em 2020, implica aumentar a demanda por etanol e biodiesel em 10,8 milhões de toneladas. Para um consumo previsto de 35 milhões de toneladas terá de importar 20%: 2 bilhões de litros de etanol e 5 milhões de toneladas de biodiesel.

Mesmo assim, esses produtos continuarão marginais no suprimento europeu de combustíveis. Sua fatia deverá se aproximar de 2% do total, ante 55% do diesel e 40% da gasolina. Cerca de 59 milhões de toneladas de cereais, ou 18% do uso doméstico, serão destinadas à produção de biocombustível.

Padrões e fiscalização

Grande promessa de revolução de combustíveis renováveis do Brasil, o biodiesel empaca na qualidade e na padronização das matérias-primas. Com o número crescente de produtores de insumos para o óleo fica difícil definir a qualidade dos produtos.

Conforme expande-se o universo de usinas de biodiesel fica mais complicado levantar os dados necessários para garantir a padronização do produto. Das 28 usinas já autorizadas para a produção até o final do primeiro semestre deste ano, apenas sete passaram informações à Agência Nacional do Petróleo. Resíduos de produção de biodiesel, como glicerina ou álcool prejudicam as autopeças.

União Européia: balanço de biocombustível (mil litros)

Item	Ano	Biodiesel	Bioetanol	Total
Produção	2006	5.000	1.200	6.200
	2007	8100	2.300	10.400
Importação	2006	100	460	560
	2007	430	660	1.090
Exportação	2006	20	100	120
	2007	30	185	215
Consumo	2006	5.400	1.200	6.600
	2007	6.900	1.900	8.800

Fonte: USDA

Barreiras técnicas da UE

As especificações técnicas da União Européia para o biodiesel dificultam a entrada do produto brasileiro nos países do bloco e podem representar mais um revés para a indústria nacional. Tecnicamente, são barreiras os parâmetros de viscosidade, densidade, índice de iodo e ponto de entupimento a frio (a temperatura de congelamento do óleo).

O bloco usa padrões técnicos baseados no desempenho do biodiesel de colza, amplamente utilizada pela Alemanha, Itália e França, maiores produtores mundiais. Os padrões são diferentes dos da soja, dendê e da mamona brasileiras. A Indonésia e a Malásia já encontram dificuldades ao vender para a UE o seu biocombustível, que é fabricado com dendê.

As especificações técnicas prometem ser a letra miúda no novo mercado de biocombustíveis. Como são oriundos de produtos agrícolas, podem ter características químicas bastante díspares entre si. Uniformizar as regras transformará os biocombustíveis em *commodities* e permitirá a sua negociação na Bolsa e a fiscalização da qualidade do produto.

Biodiesel

A Alemanha, no início dos anos 1990, tinha apenas algumas esmagadoras dedicadas à produção de metil éster (o

Biodiesel II

No Brasil, falta execução

Silene Maria de Freitas[1]

biodiesel). Os agricultores perceberam as oportunidades financeiras desse novo combustível e colocaram o país no topo da produção mundial.

O produção alemã passou de 265 toneladas para dois milhões de toneladas, de 2000 a 2006, com investimentos de 400 a 500 milhões de euros. Para 2007, a expectativa é chegar aos 4,5 milhões de toneladas. Atualmente 10% dos postos alemães vendem biodiesel. Em 2008 a Alemanha espera substituir 12% do consumo de diesel por biodiesel (sendo 5% misturados ao diesel e o restante, B100).

Em 2005, segundo a Ufop (Union zur Förderung von Oel und Proteinpflanzen – União para Promoção do Óleo e Proteína Vegetal), a Alemanha importou de 300 a 400 mil toneladas de biodiesel, para uma produção de 1,5 milhões de toneladas. Em 2006 a importação de biodiesel foi menor, mas foram importados muito mais óleo e semente de colza, assim como óleo de soja.

Em janeiro deste ano entrou em vigor na Alemanha o *Biofuel Quota Act*, que substitui os incentivos fiscais em vigor anteriormente. O efeito da medida provoca uma redução gradual dos incentivos ao biodiesel e ao óleo vegetal.

De acordo com o AGQM (programa alemão de qualidade do biodiesel), o setor de transportes foi o maior consumidor de biodiesel, com 1,25 milhões de toneladas. A seguir vem a indústria de petróleo, com um milhão de toneladas de diesel. Os fatores que podem limitar o crescimento dessa indústria é o preço do petróleo e a redução dos subsídios para o biodiesel. ■

A PARTIR dos noventa, em decorrência das pressões ambientais, motivadas pelas mudanças climáticas globais e, sobretudo, com a subida do preço do petróleo, retomou-se a preocupação quanto à dependência energética dos combustíveis fósseis.

Nesse início de século, duas portarias do Ministério da Ciência e Tecnologia evidenciam a preocupação do governo quanto à utilização de fontes alternativas de energia:

- A primeira, de 11 de julho de 2001, instituiu o Programa de Produção de Biomassa Energética em Assentamentos do Incra na Amazônia (Probioamazon) em micro e pequenas propriedades rurais, instituído pelo MCT/MDA. Prevê a produção de cerca de 500 mil toneladas/ano de dendê.

O que é biodiesel?

"Biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna, com ignição por compressão, ou para a geração de outro tipo de energia que possa substituir parcial ou totalmente o combustível de origem fóssil" (Lei n° 11.097/2005)

Diretrizes do Programa de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)

a) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas;
b) implantar um desenvolvimento sustentável promovendo a inclusão social;
c) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento.

- A segunda, de 30 de outubro de 2002, criou o Programa Brasileiro de Biodiesel (Pró-biodiesel),

Em 06 de dezembro de 2004 foi lançado do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), sendo seus marco regulatório e modelo tributário definidos e implantados pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 e Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005.

Produzido a partir de qualquer ácido graxo (dejetos humanos e animais e óleos vegetais, residuais ou não), o biodiesel contribui para:

- A mitigação dos efeitos do aquecimento global;
- Redução da dependência mundial do petróleo;
- Geração energia elétrica (para comunidades carentes);
- Ser usado em processos industriais ou em motores a diesel.

Embora nas zonas urbanas haja tentativas de implantação de alguns pontos de coleta de óleos residuais, as principais fontes de matéria-prima para o biodiesel são as plantas oleaginosas.

Quanto às matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel no Brasil:

- A soja pode ser cultivada em todas as regiões do País;
- Atendem ao mercado alimentício;
- Possuem preço formado no mercado internacional (exceto babaçu);
- Exceto a soja, falta escala de produção para haver um "excedente" de óleo.

Simultaneamente às discussões e debates sobre a inclusão do biodiesel na matriz energética brasileira, o Protocolo de Kyoto foi ratificado em fevereiro de 2005. A partir desta data, grande parte dos países desenvolvidos passou a ter a "obrigatoriedade" de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, no período 2008-2013. Com atributos para ser uma grande potência mundial de biocombustíveis, o Brasil recebeu a notícia foi com muita euforia e entusiasmo

O PNPB começou a vigorar antes que se:

1. realizasse um novo zoneamento edafo-climático;
2. estimulasse novas matérias-primas;
3. fizesse estudos regionais de viabilidade técnica e econômica;
4. estabelecesse mercado.

A Lei n ° 11.097/05 estabeleceu que, a partir de 2008, todo o óleo diesel comercializado no Brasil deverá conter 2% de biodiesel, sendo que, em 2013, serão 5%. Esse prazo poderá ser antecipado de acordo com a capacidade produtiva do Brasil.

No final de 2005, apareciam os primeiros lotes da produção brasileira de biodiesel (735 milhões de litros). Em 2006, houve um grande acréscimo e a produção passou para 68,548 milhões de litros, sendo que Goiás foi responsável por 43% da produção nacional.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, somente no primeiro trimestre de 2007 a produção de biodiesel foi de 52,055 milhões de litros (72% da produção de 2006). Apesar do crescimento expressivo, o montante a ser produzido, em 2007, ficará abaixo da capacidade instalada e do volume necessário para suprir as estimativas de consumo atual ou até mesmo previsto na Lei.

Os incentivos do PNPB propiciaram grande incremento nas instalações de usinas para a produção de biodiesel e já capacitou o país inclusive para a produção de B5, em 2013. No entanto, por que a produção brasileira não acompanhou o mesmo ritmo?

Da matéria-prima destinada à produção de biodiesel em 2006, 55% vieram da soja, 20% da mamona e o restante dividido entre outras oleaginosas. Os óleos vegetais correspondem a 85% do custo de fabricação de biodiesel.

Desde outubro de 2006, o preço do óleo de soja teve uma subida substancial e, no patamar atual, torna a produção brasileira do biocombustível impeditiva. Esse fato é excessivamente preocupante pois, dentre todos os óleos vegetais, o óleo de soja:

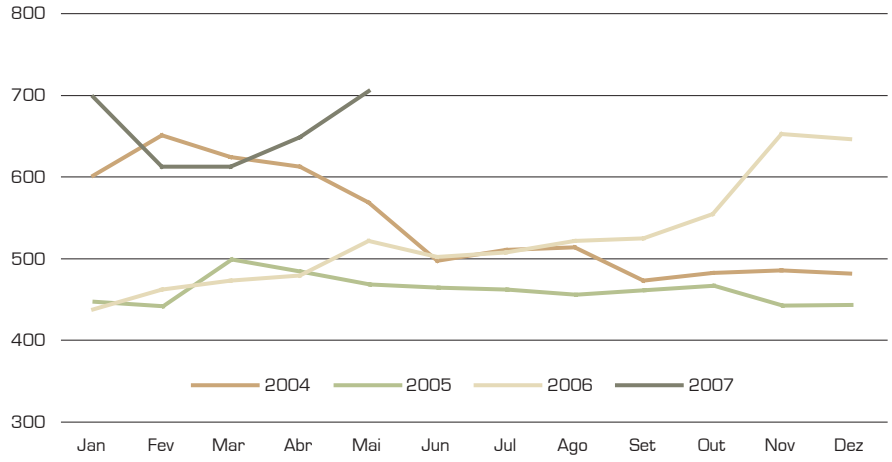
1. tem as cotações mais baixas no mercado internacional;
2. repassa suas oscilações de preços para os demais óleos;
3. com redução na oferta, aumenta a procura por substitutos.

Brasil: capacidade instalada e demanda por biodiesel B2 (mil litros)

Brasil	Capacidade Instalada	Demanda por B2	
		2007	2008
Norte	29.100	78.000	80.000
Nordeste	384.720	121.000	124.000
Sudeste	288.120	366.000	375.000
Sul	354.600	165.000	170.000
Centro-oeste	563.100	96.000	99.000
Brasil	1.619.640	826.000	848.000

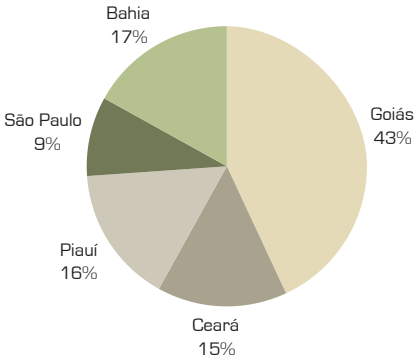
Fonte: ANP

Cotações médias mensais do óleo bruto de soja no porto de Paranaguá (R$/t)



Fonte: Abiove

Brasil: produção de biodiesel (2006)



Fonte: ANP

Os formuladores do PNPB estavam cientes de que, se a produção brasileira decorresse de uma única matéria-prima (no nosso caso, a soja), um aumento de preço expressivo no mercado internacional inviabilizaria a produção de biodiesel no mercado interno e causaria, seguramente, desabastecimento.

Por mais que o setor agrícola seja extremamente importante para os desenvolvimentos regionais, e para a economia brasileira, os formuladores do PNPB não podem negligenciar fontes alternativas para a produção de biodiesel. Isso coloca em xeque a sua segunda diretriz.

O sebo bovino, cujas cotações correspondem à metade da do óleo de soja, tem sido a solução de pequenos e médios usineiros de biodiesel, que, também, geram emprego. Mas essa matéria-prima, sem ser contemplada no Programa, impossibilita a aquisição de selo social e a participação nos leilões da Agência Nacional do Petróleo.

O mesmo ocorre com os óleos residuais, cujo valor econômico é praticamente nulo. Esse insumo para biodiesel é descartado e polui os lençóis freáticos e prejudica o meio ambiente. Deve-se cogitar campanhas e incentivos para a implantação de cooperativas que visem à sua coleta, de modo a expandir a tão apregoada inclusão social nas zonas urbanas.

Para alterar os rumos da inserção do biodiesel na matriz energética brasileira, além da inclusão de fontes alternativas para a produção do biocombustível, é prioritário fomentar incentivos diretos ao pequeno produtor agrícola, com linhas de financiamento e pesquisas para identificação de outras oleaginosas.

A maior participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel tende a crescer quanto mais as oleaginosas cultivadas para fins energéticos forem intensivas em mão-de-obra, poupadoras de energia, desvinculadas do mercado internacional e permitirem a formação de sistemas integrados, consórcios e rotações de cultura. ■

1 Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola

Transgênicos

Milho na berlinda

FORAM NOVE anos entre o pedido de autorização do plantio comercial do milho geneticamente modificado e a aprovação da CTNBio (das 32 solicitações para plantio experimental, apenas 8 foram analisadas e só 3 atendidas). Nesse período ocorreram as disputas na Justiça entre grupos contrários e favoráveis aos organismos geneticamente modificados.

A CTNBio aprovou em 16 de maio último, durante reunião aberta ao público por determinação judicial, a liberação comercial do milho transgênico Liberty Link, produzido pela alemã Bayer CropScience. É o primeiro transgênico a ser liberado, desde que, recriada pela Lei de Biossegurança, de 2005, a CTNBio voltou a se reunir, com nova composição e novas regras, em fevereiro de 2006.

Por 17 votos favoráveis, quatro contrários e um pedido de diligência, a maioria do colegiado concluiu que o milho tolerante a herbicidas à base de glufosinato de amônio não apresenta indícioas de ameaça à saúde humana, animal ou ao meio ambiente.

Embora a comissão já tenha permitido a comercialização no país da soja transgênica Roundup Ready (1998) e do algodão Bollgard (2003), ambos da Monsanto, os seus cultivos no País ocorrem por autorização especial do presidente Lula, diante do fato consumado do contrabando maciço de sementes modificadas.

Os cientistas defenderam o produto por seus benefícios à agricultura e à liberdade de decisão dos produtores, sob o argumento da "equivalência substancial" com espécies convencionais,. Além disso, indicaram a ausência de problemas relatados na literatura científica ou em países onde o milho já foi liberado.

No exterior, 29 países cultivam espécies geneticamente modificadas (GM), notadamente soja, milho e algodão, ou importam e consomem produtos delas derivados e autorizações para o plantio comercial ou experimental de transgênicos são freqüentes, com exceção da Grã-Bretanha

Essa tecnologia da semente do milho está defasada em relação à aplicada em outros países, como Argentina e Colômbia, com dois genes juntos na mesma planta: um gene com resistência a inseto e outro tolerante a herbicida – os produtores rurais acreditam que poderão reduzir em cerca de 20% do custo de produção do milho.

A decisão dos cientistas da CTNBio deve ser submetida ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), composto por 11 ministros de Estado, para a avaliação dos aspectos da "conveniência e oportunidade socioeconômicas e do interesse nacional" da liberação comercial.

Para obter o registro definitivo, o produto precisaria do voto da maioria absoluta dos ministros – o quórum mínimo do CNBS é de seis ministros. Cabe à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, convocar a reunião do conselho nos próximos 15 dias, depois da decisão da CTNBio ser publicada no *Diário Oficial da União*. Os ministros têm até 90 dias para deliberarem sobre a decisão dos membros da CTNBio

Depois de aprovado pelos ministros, o documento será encaminhado ao MAPA, para fazer os registros e autorizar a multiplicação das sementes.

Batalhas judiciais

O presidente da República sancionou meses atrás a redução do quórum para as deliberações da CTNBio. Original-

Lei da Biossegurança em xeque

O Conselho Nacional de Biossegurança, que concederia a liberação comercial do milho transgênico desenvolvido pela Bayer (Liberty Link), devolveu o processo à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A decisão foi tomada devido aos recursos interpostos pelo Ibama e pela Anvisa, que solicitaram novos estudos sobre o comportamento da cultivar no meio ambiente e a coexistência do milho com as outras variedades da semente.

Criada há dois anos para resolver conflito de competência entre setores do governo e longas batalhas judiciais na área de transgênicos, a Lei de Biossegurança pouco consegue mudar. Desde que a CTNBio passou a se reunir, em dezembro de 2006, a disputa entre os setores pró e contra os transgênicos ficou evidente.

A disputa em torno da liberação dos transgênicos na CTNBio enfraquece a Lei Biossegurança. A única liberação comercial aprovada não entrou em prática, com o recurso do Ibama e da Anvisa no CNBS, além de uma ação na Justiça que suspendeu os efeitos da votação.

A Anvisa abriu consulta pública sobre normas para avaliação de segurança de alimentos produzidos com organismos geneticamente modificados. De acordo com resolução da Anvisa, as empresas interessadas na liberação dos produtos teriam de responder a 119 questões. O parecer da agência seria encaminhado ao Ministério da Saúde e repassado à CTNBio.

Há um desacerto político entre os órgãos da administração federal quanto à competência para a normatização no campo dos transgênicos. Criada para funcionar como um órgão técnico e científico, a CTNBio foi, desde o início de sua atividade, submetida a pressões de diferentes naturezas. As dificuldades para formação de quórum para deliberações e as neutralizações das influências dos cientistas são ações comuns.

O presidente da República tem autoridade formal para decidir os objetivos do governo e a articulação dos organismos da máquina federal. A aplicação de leis e de meios administrativos para impor a necessária disciplina e impedir conflitos entre os vários setores do serviço público. Diferenças de opinião e disputas de poder não podem ameaçar projetos importantes, Se a modernização tecnológica é um objetivo do governo, a ação dos grupos adversários da CTNBio põe em xeque uma das linhas fundamentais da política oficial.

mente, eram necessários os votos de 2/3 dos seus titulares, ou seja, 18, para a liberação de um produto transgênico. Em novembro, faltou um voto para ser aceito o pedido de autorização de uma vacina GM destinada a suínos, amplamente usada no exterior. Agora, também com 17 votos favoráveis, o milho transgênico foi aprovado.

O processo é encaminhado ao CNBS, para dar ao governo a última palavra na matéria, sob a alegação no mínimo discutível de que um transgênico pode ser inócuo, mas nem por isso o seu plantio seria necessariamente desejável. É uma etapa institucionalizada do processo, que retoma o exame do assunto pelos ângulos da conveniência, da oportunidade socioeconômica e do interesse nacional.

As grandes barreiras, no entanto, são as ações judiciais de iniciativa do Ministério Público Federal a fim de obter a declaração de nulidade dos procedimentos da comissão.

A pedido de quatro instituições – Terra de Direitos, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Aspta e Associação Nacional de Pequenos Agricultores (Anpa) –, a Justiça Federal do Paraná, em 18 de junho, decidiu:

- Suspender a liberação comercial do milho geneticamente modificado Liberty Link, produzido pela multinacional Bayer CropScience;
- Proibir a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) de deliberar sobre novos pedidos de aprovação de outros tipos de milho transgênico.

A medida exige da CTNBio a elaboração de regras de monitoramento dos produtos liberados e o providenciamento da coexistência com as variedades orgânicas – ou seja, a distância ideal do plantio entre uma semente convencional e a transgênica.

Antes de aprovar o milho Liberty Link, a comissão já havia permitido a comercialização da soja transgênica Roundup Ready (1998) e do algodão Bollgard (2003), ambos da Monsanto.

A liminar da Justiça Federal sobre o milho é o primeiro lance de uma nova batalha judicial em torno da liberação comercial de transgênicos, assim como ocorreu no caso da soja da Monsanto.

A reunião mensal a CTNBio, de 18 de junho, foi marcada por divergência interna. A decisão sobre as liberações comerciais dos milhos transgênicos da Monsanto (Guardiana e o Roundup Ready 2), da Syngenta Seeds (o Bt11, ICP-4 e GA21), além do algodão da Bayer (LLCotton25) ficou adiada para agosto. Os pedidos de revisões dos processos pelo membros da comissão foram aceitos.

Por sua vez, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apresentaram recursos ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) para anulação da liberação do LL. A alegação é de que não há estudo prévio de impacto ambiental, nem avaliação de risco, caso a caso, que fundamente a decisão da comissão.

A temperatura fica mais quente com a liberação do milho transgênico, OMON 810, resistente a insetos. Na fila de espera da avaliação da CTNBio há mais nove variedades de sementes OGMs aguardando decisão. Essa quantidade deve aumentar para doze com a entrada de duas vacinas para combater doenças de ovinos e o algodão Bollgard 2 (Bt). ■

Qualiagro

Rastreabilidade faz a diferença

Gabriela Cardozo Ferreira[1]
Marcia Dutra de Barcellos[2]
Luciana Vieira[3]

OS PADRÕES produtivos dos alimentos deixam de ser normas técnicas e se transformam em elementos estratégicos de diferenciação de produtos e criação de marca. Cada vez mais as empresas substituem o Poder Público na definição de padrões e definem novas normas para garantir maior qualidade, sanidade e agregação de valor aos produtos.

No Reino Unido, por exemplo, os varejistas lideram esse processo de "privatização" de padrões produtivos. No começo, o enfoque foi garantir maior segurança dos alimentos aos consumidores pós Doença da Vaca Louca, a BSE. Rapidamente, no entanto, as empresas perceberam que poderiam alcançar vantagens competitivas também em função da garantia de outras características dos produtos, e não somente de sanidade.

Pesquisas indicam a agregação de valor como o direcionador para o tipo de coordenação existente na cadeia da carne bovina no Reino Unido. A grande fonte de competitividade era a diferenciação e a inovação, perceberam os varejistas. Mesmo em um produto de baixa inovação como a carne bovina, novas especificações poderiam ser definidas. Atualmente, o comprometimento com os padrões é estratégico para a sobrevivência das empresas e para a competitividade de toda a cadeia.

O elo varejista cada vez mais exerce um grande poder sobre as cadeias de alimentos em todo o mundo. As estratégias das empresas têm se voltado para o desenvolvimento de marca própria, com vista à fidelização dos clientes e não aos produtos especificamente.

Estudos na América do Sul, e mais especificamente no Brasil, indicam o efeito da concentração do varejo na mudança da estrutura da indústria, com a introdução de sistemas como EDI (Troca Eletrônica de Dados em português), marcas próprias e produtos de maior conveniência.

As marcas próprias do varejo dão aos clientes a indicação de que o produto apresenta os padrões de qualidade definidos pelo varejo. Em alguns países, como os do Reino Unido, a marca própria chegou a representar 70% das vendas em 1997, enquanto no Brasil esse percentual estava próximo de 5% em 2002. De 1997 a 2002, as vendas das cinco principais empresas varejistas no Brasil passaram de 27% para 39% em 2002. Pela grande concorrência existente nesse setor, o desenvolvimento de marca própria é um elemento chave da estratégia das empresas.

A diferenciação do produto carne bovina é a principal motivação das alianças estudadas no Brasil. O objetivo é desenvolver um produto de valor agregado com preços mais elevados. Em todos os casos, o produto oferecido é basicamente o mesmo, conhecido genericamente como carne de novilho jovem, e segue os padrões definidos pelo Ministério da Agricultura para a classificação desse tipo de animal, de acordo com a Portaria nº 612 de 1989 (MAPA, 1989).

Em relação às características específicas existem algumas diferenças de processo entre as iniciativas de produtores, da indústria e do varejo:

1. Nas alianças coordenadas pelos produtores o processo consiste em adequação aos padrões de animal definido. Nesses casos, a rastreabilidade não é completa em função da dificuldade de coleta, controle e armazenamento de informações ao longo da cadeia.
2. As indústrias, quando coordenam as alianças coordenadas, definem os padrões de produto a serem seguidos pelos produtores e os processos utilizados. As empresas selecionam seus fornecedores pela capacidade de atender a demanda e garantir a oferta de matéria-prima (animais para abate). Essas iniciativas focalizam a produção de animais em pastagens melhoradas, com fornecimento de suporte técnico aos produtores e, em alguns casos, financiamento das pastagens a ser pago mediante a entrega de animais para abate. As empresas trabalham fortemente no sentido de ter a rastreabilidade dos produtos, visto que é uma exigência dos mercados internacionais, mas ainda existem dificuldades de obter informações completas "pra trás" na cadeia.
3. As alianças, de iniciativa de empresas varejistas, são caracterizadas pela seleção rigorosa dos fornecedores. Nos casos estudados, as grandes empresas definem os padrões de produto e utilizam seu poder de barganha na cadeia, para exigir essas condições da indústria e dos produtores. As empresas utilizam as informações e garantia de origem como forma de demonstrar a qualidade do produto oferecido ao consumidor.

A partir dos resultados obtidos é possível dizer que a diferenciação aumenta as margens de comercialização do produto carne bovina, embora isso ainda esteja restrito ao produto para exportação e para o varejo. De outro lado, os produtores investem em diferenciação de produto como uma forma de aumentar seu poder de barganha com os outros elos da cadeia. Com um produto de qualidade diferenciada é possível negociar melhores condições, e os produtores entrevistados afirmam que obtém sucesso nesse sentido. Em todos os casos a razão dos ganhos é a mesma: existe um nicho de mercado, ainda incipiente, de consumidores dispostos a pagar mais por um produto diferenciado e de qualidade superior.

A análise das alianças coordenadas pelos supermercados no Brasil mostra empresas preocupadas em garantir padrões de produto e de processo. Por isso controlam informações para obter um processo completo de rastreabilidade. Na relação com a indústria e com os produtores exigem essas informações, mas também fornecem algum tipo de assistência no sentido de garantir a qualidade desejada. Em função de o produto obter a marca própria do varejo, essas empresas assumem tanto a responsabilidade quanto o principal ganho do diferencial de qualidade.

Sobre a marca, nas alianças estudadas, o elo da cadeia que coordena a iniciativa define a marca do produto, na intenção de apropriar-se dos ganhos a serem obtidos. Naturalmente essa situação define a existência de conflitos entre as partes envolvidas na aliança, pois todos querem uma parcela do diferencial de preço do produto final. Os resultados indicam a rastreabilidade da carne bovina (e sua garantia por meio do estabelecimento de marcas) como um importante direcionador da agregação de valor ao produto, identificando-se que existe valorização por parte do consumidor.

Este texto mostra que uma estratégia utilizada há mais tempo em países desenvolvidos está também sendo adotada na cadeia da carne bovina brasileira, em muitos casos seguindo iniciativas semelhantes às de outros países. Reforça-se a importância da diferenciação do produto para a competitividade das empresas e mostra a rastreabilidade como um fator fundamental de garantia dessa diferenciação. Alerta-se, no entanto, para o fato das iniciativas dessa natureza exigirem das empresas grande controle das informações ao longo de todo o processo produtivo, sob pena de comprometimento da credibilidade da marca. ■

1 gcferreira@pucrs.br
2 marcia.barcellos@pucrs.br
3 lmvieira@unisinos.br

PROGRAMA
CONJUNTURA BRASIL
(Programa Independente)
RECORD
FRANCA E RIBEIRÃO PRETO
Apresentação:
Maria Rita Falleiros
Através de entrevistas, debates técnicos, reportagens especiais e o resumo dos maiores eventos de negócios, o programa divulga onde estão as oportunidades de negócios na agricultura, pecuária, industrialização e comercialização de produtos. Divulgar iniciativas que estimulem o desenvolvimento do país, são as metas do programa "Conjuntura Brasil".
Semanalmente você participa do programa através do
e-mail: conjunturabrasil@conjunturabrasil.com.br ou pelo fone: (16) 3623-9720
Oferecimento: AGRO ANALYSIS
RODOBENS CONSÓRCIO
35 ANOS LUZ PUBLICIDADE
VAN STRATEN
credicoonai
Sua Estabilidade é Nosso Ideal !
FIESP
CIESP

Projeto Ripa

Diagnóstico do leite no Paraná

Paulo César de Camargo[1]

DURANTE A primeira fase do projeto Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio – Ripa/Finep, foram realizados *workshops* em cada uma das cinco regiões do país.

Na Região Sul (RS, SC e PR), com a participação de 140 técnicos dos três estados ,dos diferentes segmentos do agronegócio (governo, academia, empresas e terceiro setor), o evento foi realizado em Londrina, de 9 a 12 de novembro de 2004. A sua organização coube à Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná -Seti-PR (Fundação Araucária, Tecpar e Fundo Paraná), o Instituto Paranaense de Estudos e Desenvolvimento - Ipardes e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná - Seab-PR ,

Os trabalhos desenvolvidos foram no sentido de priorizar e sistematizar as Grandes Plataformas de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como as Grandes Plataformas de Gestão e Administração para o Agronegócio da Região Sul. O conteúdo apurado serviu para a geração e publicação do livro *Workshop da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio – Região Sul*, com informação e análises sobre os gargalos, desafios, vulnerabilidades e oportunidades regionais.

Desde a realização do *workshop* da Região Sul, a Seti-PR mantém o Núcleo Ripa Sul, instalado na Adetec (Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região) em Londrina, para interiorização das ações do projeto RipaParaná.

A fase operacional da Ripa Sul procurou criar um ambiente colaborativo de uso e geração de conhecimentos com base na comunidade local; de modo a subsidiar a tomada de decisões voltadas à inovação tecnológica no agronegócio.

A partir *do workshop* da Região Sul e de estudos realizados no âmbito de cada estado, o Comitê Gestor Ripa Sul, presidido pelo então secretário da Seti-PR - Aldair T. Rizzi, indicou as plataformas prioritárias para a região: matriz bioenergética; agricultura familiar, agroecológica e orgânica; segurança alimentar e sanidade agroindustrial; biodiversidade e biotecnologia agroindustrial, que foram encaminhadas ao CT-Agro em dezembro de 2005.

Com a descontinuidade de recursos tanto entre a fase I e a fase II do projeto Ripa/Finep como na aprovação de recursos doa Ripa PR e Ripa Sul, a opção foi priorizar o Paraná como modelo de ação.

Na definição dos parâmetros mais relevantes para o desenvolvimento de uma cultura inovadora, competitiva e sustentável no agronegócio, para que as ações da Ripa tivessem êxito no âmbito da produção primária, a escolha recaiu nas cadeias produtivas com gargalos tecnológicos importantes. Assim, tomou-se como referência dois estudos recentes sobre gargalos tecnológicos realizados pelo Ipardes (www.ipardes.gov.br), que resultaram na formulaão da matriz da cadeia do leite e derivados, seguida da cadeia produtiva da fruticultura.

Assim, com o apoio da Seti-PR, iniciou-se um trabalho de diagnóstico de demandas de conhecimento e de tecnologia para inovações na cadeia produtiva do leite e derivados nas diferentes mesorregiões do Paraná. O resultado dele norteará a organização de agendas de cooperação intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar, na formulação de projetos estruturantes de PD&I no âmbito das mesorregiões paranaenses.

Como cadeia do leite tem ramificações em várias plataformas de pesquisa e de gestão, o trabalho associará as questões específicas com as plataformas identificadas no levantamento realizado na fase I do projeto Ripa. Os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul já sinalizaram o interesse em trabalhar a cadeia do leite e derivados como modelo para a Região Sul. ■

1 Coordenador do Núcleo Ripa Sul

O que é a Ripa

Em menos de dois anos de atuação, a Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica Para o Agronegócio criou um portal na *internet* (www.ripa.com.br), implantou núcleos regionais e realizou cinco *workshops* para mapear competências, ofertas e demandas em novas tecnologias aplicadas ao agronegócio. Esses eventos reuniram mais de uma centena de participantes.

Com base nos resultados apresentados ao final dos *workshops* são formadas as plataformas de pesquisa e desenvolvimento para subsidiar os tomadores de decisão na aplicação de recursos do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro), órgão de financiamento ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A ação da Ripa tem sido apontada por especialistas e autoridades federais como modelo de articulação estratégica para o planejamento de uma política pública destinada a ampliar a competitividade do agronegócio brasileiro.

Os fundos setoriais têm cerca de R$ 3,2 bilhões contingenciados, aguardando liberação. A Ripa não apenas indica ao Fundo Setorial do Agronegócio quais são as demandas de pesquisa e tecnologia em cada uma das regiões do país, mas também cria um sistema de inteligência estratégica para o setor.

Qualiagro

Novo cadastro do Sisbov

DE UM rebanho de 201,4 milhões de bovinos e bubalinos do País, apenas 6,2 milhões estavam certificados pelo novo Sisbov (Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos).

Em outubro, uma missão composta por integrantes da União Européia (UE) visitará Mato Grosso para auditar propriedades rurais, frigoríficos e certificadoras. O objetivo da viagem é avaliar o cumprimento das normas de exportação para o bloco europeu. Uma delas diz respeito às medidas de manutenção da área livre de febre aftosa com vacinação.

A UE, principal cliente do País, exige o rastreamento do animal, desde o nascimento ao abate, para realizar a aquisição do animal. No primeiro semestre, as compras européias representaram um terço dos embarques da mercadoria *in natura* brasileiras, correspondente a 191,7 mil toneladas. Os embarques brasileiros de carne industrializada para os países da Europa representaram 45% do total

O Brasil mudou seu sistema de rastreabilidade. Desde janeiro, o produtor é obrigado a comunicar aos órgãos sanitários e às certificadoras qualquer movimentação do rebanho rastreado no prazo de 30 dias. As certificadoras, por sua vez, têm 72 horas para reportar ao Sisbov, que é controlado pelo governo.

O antigo Sisbov, vigente desde 2002, rastreou 72,9 milhões de animais, mas com critérios mais flexíveis. Não havia prazo para comunicar a movimentação do gado e o monitoramento não era completo.

Embora seja voluntária, a adesão torna-se obrigatória porque é uma condição que assegura mercados para o Brasil.. Entre as mudanças do novo sistema estão:

- A obrigatoriedade de rastrear 100% do rebanho da propriedade;
- O preenchimento do protocolo de produção com detalhes sobre os animais, insumos e medicamentos utilizados na criação.

A pouco mais de um mês da chegada de uma missão técnica da UE, que vai vistoriar as condições sanitárias do país, umas das principais exigências feitas pelo mercado europeu para continuar importando a carne brasileira está distante de ser atendida.

Até o final do ano, o MAPA espera receber inscrição de mais 10 milhões de cabeças de gado na base de dados do novo Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov).

A meta é fechar 2007 com 16 milhões de animais cadastrados. Os produtores que ainda não aderiram às regras podem procurar as empresas certificadoras para buscar homologação. As 53 empresas registradas estão identificadas no *site* do Ministério da Agricultura (www.agricultura.gov.br).

O prazo para a migração encerra-se no dia 31 de dezembro. Depois, os animais não-cadastrados terão de ser abatidos ou perderão a condição de rastreados e o criador terá de iniciar novamente todo o processo. A partir de 1º de janeiro de 2009, só poderão ser exportados os animais nascidos e criados em propriedades certificadas.

Deverão ser rastreados todos os bovinos e bubalinos das propriedades que comercializam para frigoríficos exportadores. A medida atende às exigências dos principais mercados importadores da carne brasileira, a União Européia e o Chile. ■

Pressão européia

Um grupo de 12 associações de agricultores da Grã-Bretanha e da Irlanda, conhecido como Fairness for Farmers in Europe (FFE), apresentou uma queixa formal ao provedor de Justiça da UE, que investiga casos de má administração nas instituições e organismos do bloco.

A acusação é de que a Comissão de Saúde e Proteção do Consumidor da UE deixa a carne brasileira entrar na Europa e interfere nos direitos dos agricultores europeus. A FFE quer forçar a comissão a agir rápido e proibir a entrada da carne brasileira.

Os produtores argumentam que a UE admite a mesma carne (*in natura*) proibida de entrar nos EUA, Austrália, Japão e Coréia do Sul - países divergentes das recomendações sanitárias da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), ligada à Organização Mundial do Comércio (OMC).

A ofensiva prosseguirá, quando o Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu examinar o relatório de uma missão enviada ao Brasil pelos irlandeses. O documento, amplamente distribuído na Europa, acusa criadores brasileiros de não utilizar sistemas adequados de rastreabilidade do gado, de usarem medicamentos e hormônios de crescimento ilegais e de controles inadequados de doença. Toda essa ação dos pecuaristas europeus para a Comissão endurecer o conteúdo de seu relatório sobre a carne brasileira reflete o fato de, sem subsídios para exportar, perderem mercados externos para a carne brasileira e agora também sentirem a ameaça em seu próprio mercado.

A situação ameniza-se um pouco com os casos de registros de animais com febre aftosa detectados nas zonas de proteção ao redor de uma fazenda em Surrey, no sul da Inglaterra. Em 2001, o Reino Unido registrou um surto de febre aftosa que resultou na morte de 6 milhões de animais.

Tira-dúvida

Soja responsável

EM 24 de julho de 2006, a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e a Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), em conjunto com as empresas associadas, assumiram o compromisso de não comercializar a soja plantada depois de outubro de 2006, proveniente de áreas que foram desflorestadas a partir da data da assinatura do compromisso, localizadas dentro do bioma amazônico.

A Moratória da Soja, com duração de dois anos, tem por objetivo conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, por meio da utilização responsável e sustentável dos recursos naturais brasileiros, além de atender à demanda dos consumidores internacionais e nacionais por produtos sustentáveis.

Qual é o grande desafio da soja brasileira?
Desenvolver um ritmo de produção crescente, respeitando as necessidades sócio-ambientais, a globalização dos mercados e as demandas de uma população cada vez mais consciente. A soja enfrenta uma questão imediata: a expansão do cultivo na região amazônica, fronteira de um dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta. Isso é motivo de preocupação, não apenas para a sociedade brasileira, mas também para os clientes no exterior.

Como produzir a soja responsável?
Com a adoção de boas práticas agrícolas, dentro de parâmetros econômicos, sociais e ambientais. O cultivo deve respeitar a natureza e a sociedade local. O primeiro passo é o conhecimento e a aplicação das leis. Boas práticas agrícolas implicam a não utilização de queimadas, que empobrecem o solo, eliminam a matéria orgânica, provocam danos à saúde e contribuem para o aquecimento global.

Quais são as boas práticas agrícolas?
Sustentabilidade. Esta é a base de um modelo de produção equilibrado, capaz de garantir também a produção para as próximas gerações. As boas práticas agrícolas incluem manejo e conservação do solo e da água, integração lavoura-pecuária, manejo integrado de pragas, armazenamento e racionalização na aplicação de defensivos, segurança no descarte de embalagens, armazenamento correto, cuidados com o lixo, manutenção dos mananciais e combate às queimadas e respeito dos direitos das populações locais.

Quais são as principais causas da devastação da floresta amazônica?
A falta de uma política de desenvolvimento sustentável para a floresta. No passado, considerou-se a Amazônia uma reserva inesgotável a ser conquistada para a economia e o desenvolvimento do Brasil. Muito dinheiro foi gasto em grandes obras, que acabaram funcionando como um mecanismo de ocupação desordenada e insustentável de áreas da floresta. O objetivo hoje é impedir que esses erros se repitam.

Qual é o ritmo de devastação da floresta?
O Brasil detém hoje 19% das florestas intactas do Planeta. Mas, desde a década de 70, cerca de 67 milhões de hectares, o equivalente a 17% da Amazônia original, foram destruídos. A idéia de que a expansão da soja na Amazônia Legal possa estar colaborando para o desmatamento afasta compradores e pode se tornar uma barreira não-tarifária para a exportação do produto.

Qual é a importância da floresta para o Brasil?
A floresta é importante pela sua rica biodiversidade. Hoje, ela abriga uma em cada três espécies de todas as formas vivas existentes na Terra. Cada hectare da floresta possui entre 40 e 300 espécies de árvores, dez vezes mais que as florestas temperadas da América do Norte. Além de ser a maior reserva de água doce do mundo, a Amazônia tem um papel importante no ciclo das águas. Uma rede de 100 mil km de rios depende da floresta.

Quanto representa a soja para a economia brasileira?
Atualmente, a oleaginosa é responsável por 30% da renda agrícola nacional (dados da Confederação Nacional da Agricultura) e agrega mais de 243 mil produtores (pequenos, médios e grandes), que ocupam cerca de 23,4 milhões de hectares de terras de norte a sul do País. Só na Região Sul, quase 200 mil agricultores familiares vivem da soja.

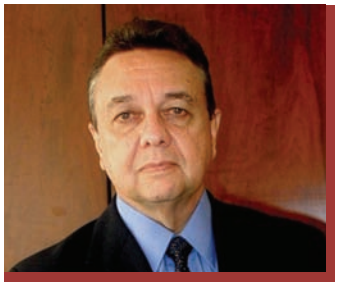
Qual é a área da soja na Amazônia Legal?
O cultivo da soja ocupa 1,4% da Amazônia Legal, ocorrendo principalmente em cerrado ou áreas de transição entre o cerrado e a Floresta Amazônica. No bioma amazônico, a soja ocupa 1,1 milhão de hectares, ou apenas três milésimos da extensão total do bioma. Mas os participantes da Moratória da Soja entendem ser necessário e possível controlar e planejar melhor o desenvolvimento dessa cultura na região.

Quem define o modelo da Moratória?
O GTS – Grupo de Trabalho da Soja, composto pela Abiove, Anec, as empresas ADM, Amaggi, Bünge, Cargill e pelas ONGs Articulação Soja-Brasil, Conservação Internacional, Greenpeace, Ipam, The Nature Conservancy e WWF, além de outras empresas e ONGs que participam ativamente dos subgrupos de trabalho. No GTS é estabelecida a agenda de trabalho, são tomadas decisões estratégicas e coordenadas as ações desenvolvidas pelos subgrupos. ■

Fonte: Para Entender a Moratória da Soja: O Cultivo Responsável, publicação do Grupo de Trabalho da Soja (GTS)
Onde saber mais: Abiove (www.abiove.com.br)

Diário de bordo

CNA e SOBER



Roberto Rodrigues*

NO FINAL de julho, a Sober – Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, presidida pelo dr. Elisio Contini, ex-coordenador da área estratégica do Ministério da Agricultura, realizou seu evento anual, com cerca de mil trabalhos técnicos apresentados.

Um dos produtos do evento foi o lançamento do Prêmio Sober/CNA, para os temas Produção Agrícola e Meio Ambiente e Produção Agrícola e Questões Fundiárias.

Trata-se de mais um esforço empreendido pela CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – em sua busca pela aproximação com a academia, com o objetivo de incentivar a produção de trabalhos técnicos que interessem aos agropecuaristas brasileiros.

Os prêmios serão oferecidos a autores de teses, artigos, dissertações e livros produzidos em centros de pesquisa e de pós graduação sobre os dois temas.

É uma notícia alvissareira, seja pelo esforço de aproximação da CNA com a academia, seja pelos dois temas elencados. Ambos, uma vez estudados cientificamente, poderão trazer esclarecimentos definitivos à sociedade quanto à capacidade de produtores brasileiros assegurarem uma alimentação com qualidade para os consumidores nacionais e estrangeiros, sem prejuízo ao meio ambiente e com desenvolvimento democrático.

Entre as questões levantadas pela CNA estão: como conciliar o desenvolvimento do País, especialmente no setor primário produtivo, com a preservação ambiental? Qual o verdadeiro impacto das lavouras e das pastagens no meio ambiente e seu benefício na geração de empregos e de renda? Qual o custo para a sociedade da criação de unidades de conservação? Qual o custo de se manter a reserva legal nas propriedades rurais e seus benefícios ambientais? Não existe maneira mais econômica e com impacto positivo maior do ponto de vista ambiental? Quanto à questão fundiária, indicadores de população e força de trabalho da FAO (2004) demonstram que os países desenvolvidos possuem, em média, 6% de sua população economicamente ativa na agricultura e que países em desenvolvimento possuem 53%. O Brasil, em 2004, possuía 15% de sua PEA na agricultura, correspondendo a cerca de 12,1 milhões de pessoas. Para onde iremos diante de tais dados?

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra revela que foram assentadas, até junho de 2007, mais de 1 milhão de famílias em áreas que ocupam 72 milhões de hectares. A área de produção de lavouras anuais ocupa, segundo o IBGE, 47 milhões de hectares. Ora, se os assentamentos de reforma agrária já ocupam uma área superior a da produção de grãos, qual a produção e a produtividade dos assentamentos, qual o custo para a sociedade e o benefício deles? Quantos foram consolidados e emancipados?

E ainda cabe avaliar as questões indígena, quilombola, dos ciganos, das comunidades ribeirinhas, sendo essencial excluir da discussão o componente ideológico. Daí a importância da visão acadêmica, límpida e séria.

Eis um bom desafio a quem se incline pelos legítimos interesses do agronegócio brasileiro. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

O paradoxo do agronegócio

Cesário Ramalho da Silva*

O AGRONEGÓCIO vive um paradoxo na mídia, que lhe imprime uma marca de irresponsabilidade, neste caso nem ambiental, nem social, mas econômica, também um dos tripés da sustentabilidade. Pelo seguinte: nas páginas dos grandes jornais, o setor aparece como o mais dinâmico da economia, com aumento de safra, crescimento da agroindústria, responsável pelo superávit da balança comercial, registrando aumento de postos de trabalho, entre outras boas notícias.

De outro lado, também é possível ler nos mesmos jornais produtores rurais pedindo renegociação de dívidas. Alguma coisa está errada. Como podem os atores do setor mais pujante do País estarem pedindo prorrogação de vencimentos de dívidas? Primeiro, esclarecemos que a agropecuária não tem dívidas a saldar mas, sim, créditos a receber. Foi seu ininterrupto trabalho nesses mais de quinhentos anos que permitiu ao Brasil educar-se, urbanizar-se, industrializar-se, prosperar.

Mas independentemente disso, os produtores precisam conscientizar-se de que é necessário cada vez mais administrar o empreendimento rural como negócio, mesmo que, às vezes, tenham de romper com modelos anteriores. O produtor precisa avaliar o negócio como um todo, não apenas focar a produção em si. Tem de

fazer a lição de casa, aprimorar a gestão operacional, financeira, os recursos humanos, estar aberto a auditorias e assim por diante. Tem de investir na cultura de mudança em que a viabilidade da atividade rural vai muito além do binômio custo/preço.

Envolve adição de valor, ligada, por exemplo, à certificação de origem e a processos. Daqui para frente o produto e o serviço que vingarão serão os que estiverem de acordo com o respeito social e ambiental. Aqueles que tiverem estes diferenciais ganharão dinheiro. E, se os produtores têm o desafio da gestão, o setor, como um todo, tem o da comunicação. Falta informar ao meio urbano – querendo ou não, o que forma opinião e cria massa crítica para tomada de decisões de políticas públicas e negócios – que a rentabilidade atribuída ao agronegócio não chega ao seu agente básico, o produtor rural.

Os dividendos não são distribuídos de forma equilibrada entre os elos da cadeia produtiva. Falta expor isso, trazer essas questões à tona, oferecer informações, dados, análises, que possibilitem aos mais diversos públicos estratégicos do agronegócio maior sintonia em relação à realidade do segmento. Com mais conhecimento, o julgamento do ser imaginário, mas crucial para imagem-reputação, chamado Opinião Pública, talvez seja diferente acerca do perfil dos produtores rurais. A reflexão e o desafio estão propostos! ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Falsa dicotomia

João Sampaio*

CRIOU-SE NO Brasil uma falsa dicotomia entre o agronegócio e a agricultura familiar, divisão da qual ambos são vítimas. Eles padecem da mesma falta de logística e infra-estrutura, do câmbio hipervalorizado, da falta de seguro agrícola e de dispositivos garantidores de preços. O paradoxo criado não passa de retórica ideológica e que não ajuda em nada o desenvolvimento da agropecuária brasileira. No meio desse limbo ideológico sobra para todo mundo, mas tem uma categoria que é ainda mais refém da falsa oposição: a classe média rural.

Há muito se ouve falar sobre o estreitamento da classe média urbana e, no campo, a situação não é muito diferente. Ela se espreme entre os que se viram por conta própria e os beneficiados pelos programas de crédito familiar. Aliás, nem mesmo a sua classificação está bem definida: o médio é baseado no tamanho da propriedade ou na sua renda agrícola?

A divisão dos ministérios responsáveis pela agricultura no governo Lula – resultando na criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e a sua Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – leva a apresentação de dois planos safra: valores diferenciados e em cerimônias diferentes mostram bem que a divisão é fruto mais do burocratismo estatizante que das diferenças no campo. Em meio a isso, sobressai ainda mais o descaso com o médio produtor.

O Brasil, grande competidor no mercado de *commodities* agrícolas, parte ouvida e até temida nas negociações internacionais, patina nos conceitos. Porque política agrícola não pode ser focada somente no mercado exportador nem no assistencialismo rural de subsistência. Além de mercado, as políticas devem visar o abastecimento e as estratégias de macroeconomia do país.

Nos EUA, a Farm Bill é discutida no setor produtivo, no Congresso Nacional, votada e seguida até o fim. É importante para definir a condução das exportações, dos subsídios, do abastecimento e a estratégia de mercado do país. Dentro do Congresso norte-americano, vale a capacidade de organização dos produtores, das *tradings*, máquinas e insumos, todos os *lobbies* a que são expostos republicanos e democratas.

Alguns incrédulos podem dizer que no Brasil os *lobbies* apenas funcionariam para favorecer os grandes produtores e corporações. Sou daqueles que acreditam que o poder de organização da sociedade é subestimado. O Congresso deve ser o palco das discussões. Na verdade, é importante que todos possam se manifestar.

Aqui em São Paulo, em um esforço de várias entidades no Conselho de Orientação do Feap, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, foi alterado o limite de renda bruta anual para o beneficiado pelos financiamentos do fundo. Mudamos de R$ 215 mil para R$ 400 mil e com isto ampliamos os possíveis beneficiados pelo crédito. Os estudos do Instituto de Economia Agrícola mostraram exatamente que esta renda de R$ 400 mil significava incluir os médios produtores. Além disso, reduzimos a taxa de juros de 4% para 3% ao ano nos financiamentos de 17 linhas de crédito.

Grande, pequeno ou médio agricultor, há confluência de interesses, todos buscam as melhores condições possíveis para a produção. Cabe às políticas governamentais, diminuir as diferenças e não acentuá-las. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

A CONSULTORIA QUE FAZ A DIFERENÇA

O DESAFIO

A SOLUÇÃO

O RESULTADO

FGV Projetos, a consultoria da Fundação Getulio Vargas
Contamos com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração, de Economia e de Direito da FGV.
Temos os maiores especialistas do Brasil, prontos para apoiá-lo na busca do sucesso do seu negócio.

- Estudos de Cadeias Produtivas
- Gestão de Risco
- Estudos de Viabilidade Econômica
- Implantação de Pólo Agroindustrial
- Elaboração de Projetos MDL
- Estudos de Custo de Produção

Rio de Janeiro
Praia de Botafogo, 190 6º andar 22250-900
RJ Brasil
(5521) 2559-5424 (5521) 2559-6061

São Paulo
Av. Paulista, 548 8º andar 01310-000
SP Brasil
(5511) 3281-7784 (5511) 3281-7891

www.fgvprojetos.fgv.br fgvprojetos@fgv.br

Brasil: um só agronegócio.

Congresso Brasileiro de Agribusiness

Agosto, 27 e 28

WTC Hotel • São Paulo

As mais respeitadas cabeças do país e dois palestrantes internacionais – Robert L. Thompson, professor da Universidade de Illinois, e Ashok Gulati, diretor da International Food Policy Research Institute (Ásia) – reunidos para expor e debater as tendências e perspectivas do agronegócio no Brasil e no mundo.

Agroenergia • Cooperativismo
Investimento em produção e comercialização • Sustentabilidade
Um só Agronegócio: visão Brasil e visão Internacional

abag

patrocínio master

BANCO DO BRASIL

BR PETROBRAS

patrocínio

BUNGE

ABIMAQ Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ANFAVEA

Bayer CropScience

BM&F BRASIL

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Roundup Ready SOJA

Sadia

UNICA

apoio institucional

abagrp

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO TRABALHANDO POR VOCÊ

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Informações e Inscrições: *Abag* www.abagbrasil.com.br *Wenter Eventos* (11) 5181 2905 cba@wenter.com.br

Anuncio_6CBA_205x275.indd 1 9/8/2007 18:52:44